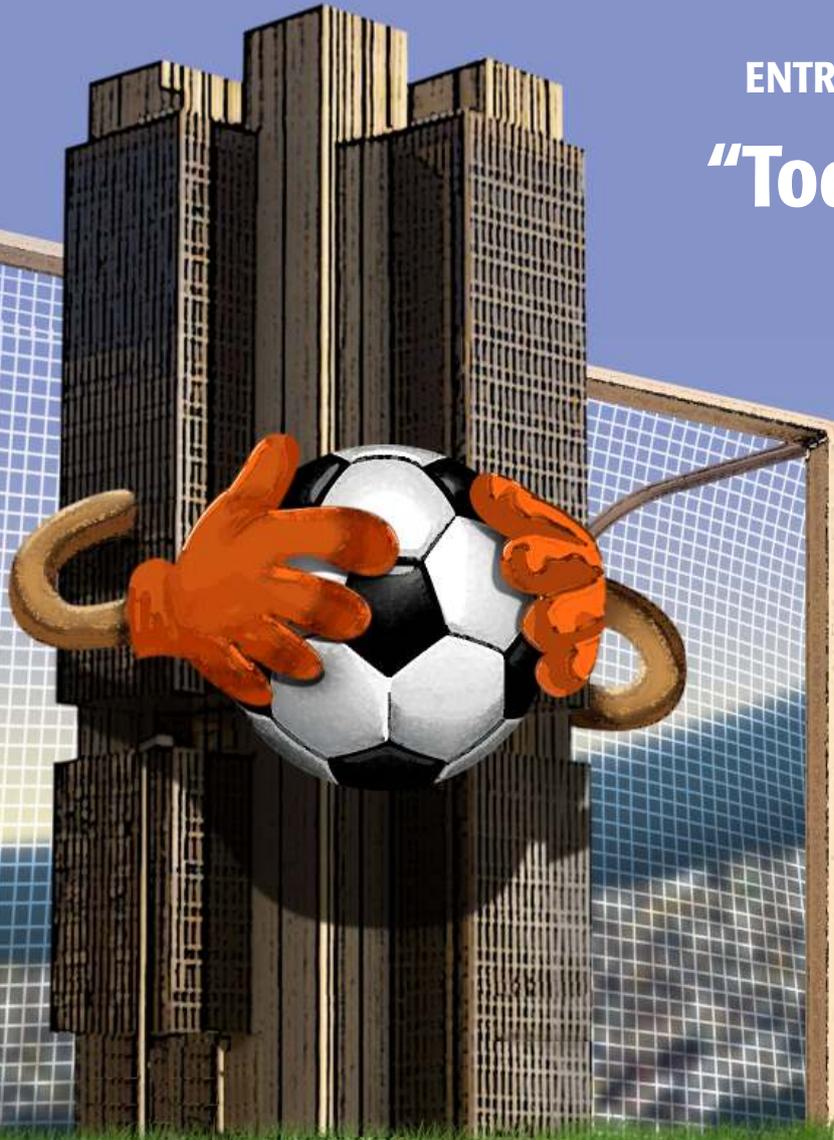


# por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano 4 ■ nº 19

ENTREVISTA/Henrique Meirelles

**“Todos queremos crescer. Só não podemos inflacionar a economia”**



AGENDA POLÍTICA  
**A cara (velha)  
do novo Congresso**

AGÊNCIAS DE RISCO  
**A lição de  
casa do Brasil**

A HISTÓRIA DO SINAL  
**Mulheres que  
não fogem à luta**



# Um ciclo que se completa

Há 4 anos a **Por Sinal** trazia como destaque a entrevista do recém-empossado presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Na ocasião, o presidente discorreu sobre as expectativas em relação à instituição e seu compromisso com a valorização do quadro de servidores. Para marcar o ciclo de quatro anos do presidente Meirelles à frente do BC, decidimos entrevistá-lo novamente. Tratamos de inflação, taxa de juros, crescimento, *spread* bancário, papel do BC, autonomia do BC e, claro, dos assuntos corporativos. Vale a leitura!

Marcando outro ciclo, o eleitoral, preparamos dois textos sobre o novo Congresso Nacional: um artigo do ex-deputado Paulo Delgado e uma matéria com a avaliação do perfil dos parlamentares eleitos. Leia e saiba que a tão alardeada renovação de quase 50% dos eleitos não significa o surgimento de lideranças novas, mas a volta de políticos tradicionais. Congresso novo, mas nem tanto.

No momento em que o risco-país bate recordes de baixa, dissecamos de forma didática a atuação das agências de risco e desvendamos o significado daquelas incompreensíveis siglas usadas no jargão financeiro. Conclusão: estamos mais perto do chamado *investment grade*, mas ainda há um longo caminho a trilhar.

Dando seqüência às matérias que tratam dos diversos departamentos do BC, retratamos o Demab. Descubra a importância do departamento para a execução da política monetária do país, bem como o grau de excelência com que suas atividades são exercidas. Ainda falando de BC, e para mostrar que as boas políticas da direção da casa devem ser elogiadas, fizemos um balanço (positivo, sem dúvida) dos dois anos de atividade da UniBacen.

Um pouco de História com H maiúsculo. “Mulheres que não fogem à luta” descreve a vibrante atuação das dirigentes sindicais do Sinal ao longo dos nossos 18 anos de existência. Saber para os mais novos, emoção para os mais antigos. Satisfação garantida. 



“Parabéns! A publicação está excelente. As capas estão muito boas. As ilustrações são bastante simbólicas e conseguem passar uma mensagem clara sobre o enfoque principal da revista. O apelo das capas lembrou-me a linguagem da Propaganda. Os articulistas também são bons. A chamada “Melhor inseticida contra a

corrupção é a informação” está ótima (novembro de 2005). Outra matéria que está boa é a “Bancarização dos pobres” (agosto de 2003). A revista de setembro de 2002, pré-eleição do Lula – 1º período, é uma ótima peça histórica, pois contém as promessas dos então candidatos à Presidência. Observei, também,

que vocês alteraram a diagramação, prevendo diferentes posições para as cartolas e os títulos; as cores seguem as principais da capa. Isto é muito bom, tende a reforçar a identidade da publicação e garante uma linha de comunicação consistente, pois os elementos visuais reproduzidos asseguram a familiaridade/conhecimento

da publicação pelo leitor. Mais uma vez, o material está ótimo. Este cuidado em guardar as revistas é louvável. Nós brasileiros não temos esta cultura. É bom que, para alguns, este seja um gesto cotidiano, que faz parte de sua cultura.”

**Iara Silva**

*Professora de Comunicação Social nas Faculdades da PUC/RS e ESPM/RS*

**EXPEDIENTE** ANO 4 NÚMERO 19 DEZEMBRO 2006

**Sinal** Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

**Por Sinal**

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

**Conselho Editorial**

Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer,  
David Falcão, Gustavo Diefenthaler,  
João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro,  
Orlando Bordallo Junior, Patrícia Cesário de Faria Alvim,  
Paulo de Tarso Galarça Calovi e Sérgio da Luz Belsito

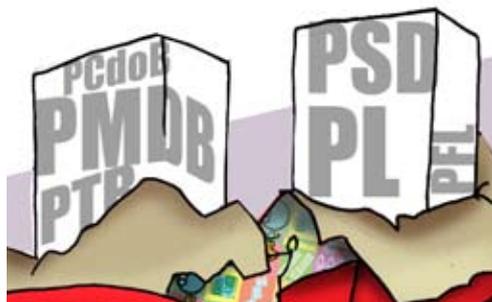
Secretária: Sandra de Sousa Leal  
SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo  
Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br  
www.sinal.org.br

**Redação**

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti  
(Letra Viva Comunicação)  
Reportagem: Paulo Vasconcellos e Rosane de Souza  
Arte: Maraca Design  
Ilustrações: Claudio Duarte  
Fotolito: Madina  
Impressão: Ultra Set  
Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

Esta edição e as anteriores estão disponíveis no site [www.sinal.org.br](http://www.sinal.org.br)



**AGENDA POLÍTICA**

A cara (velha) do novo Congresso

**Página 6**



**ARTIGO** PAULO DELGADO

Novo Congresso: uma opinião

**Página 11**

**ENTREVISTA**

HENRIQUE MEIRELLES

“Todos queremos crescer. Só não podemos inflacionar a economia”



**Página 13**



**AGÊNCIAS DE RISCO**

A lição de casa do Brasil

**Página 22**

**A HISTÓRIA DO SINAL**

Mulheres que não fogem à luta

**Página 28**



**UNIBACEN**

Educação corporativa a serviço do Brasil

**Página 34**

# A cara (velha) do novo Congresso

*QUE CONGRESSO SERÁ ESSE QUE TOMA POSSE EM FEVEREIRO COM PARTE DO FUTURO DO PAÍS NAS MÃOS? DELE DEPENDEM IMPORTANTES REFORMAS CONSTITUCIONAIS E A PRÓPRIA IMAGEM DO LEGISLATIVO, MANCHADA POR DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO. SEM ELE, O PROJETO DE COALIZÃO POLÍTICA PROPOSTO PELO GOVERNO E A INTENÇÃO DO PRESIDENTE LULA DE ESTABELECEER UMA AGENDA DESENVOLVIMENTISTA EM SEUS ÚLTIMOS QUATRO ANOS NO PALÁCIO DO PLANALTO PODEM FICAR COMPROMETIDOS.*

**PAULO VASCONCELLOS**

O perfil do próximo Congresso não é muito diferente do atual. Na soma das duas casas, 44,4% das cadeiras vão ficar com quem já estava sentado nelas. Na Câmara dos Deputados saíram das urnas de outubro 269 reeleitos e 244 novos parlamentares. O índice de renovação chegou a 47,5%. Nada de mais – já foi de quase 62% em 1990, até cair para algo em torno de 45%, em 1998 e 2002. Detalhe: nem todos os novatos são exatamente estreantes. Pelos menos 200 deles já exerceram algum mandato ou cargo público, nos governos federal, estadual ou municipal ou em Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Os



efetivamente novos integram três es-  
treantes castas de eleitos: os comuni-  
cadores (apresentadores de TV, radia-  
listas, artistas e cantores), os bispos e  
pastores evangélicos e, finalmente, os  
parentes de políticos tradicionais.

No Senado, a mudança foi maior.  
Vinte das 27 vagas que estavam em

disputa vão ser ocupadas por sena-  
dores em primeiro mandato. Os nú-  
meros da renovação, considerando-se  
que apenas um terço dos mandatos  
estava em jogo em outubro, chegam  
a 74%. Na comparação com o total de  
cadeiras, eles caem para 24,7%. Entre  
os "novatos" da casa estão quatro ex-

ministros: Eliseu Rezende (PFL-MG),  
Francisco Dornelles (PP-RJ), Alfredo  
Nascimento (PL-AM) e Cícero Luce-  
na (PSDB-PB; seis ex-governadores:  
João Durval Carneiro (PDT-BA), Joa-  
quim Roriz (PMDB-DF), Marconi Perillo  
(PSDB-GO), Eptácio Cafeteira (PTB-  
MA), Jaime Campos (PFL-MT) e Jar-  
bas Vasconcellos (PMDB-PE); e até um  
ex-presidente da República, Fernando  
Collor (PRTB-AL). De novo mesmo, o  
deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE),  
primeiro comunista depois de Luiz Car-  
los Prestes a chegar ao Senado.

A radiografia da composição parti-  
dária também revela mudanças sutis.  
O PT, mesmo tendo perdido cadeiras,  
ficou com a segunda maior bancada  
da Câmara: 83 deputados contra os 91  
eleitos, em 2002. O PFL foi o partido  
que mais perdeu. Elegeu 65 deputa-  
dos contra os 84 de quatro anos atrás  
— embora desde fevereiro de 2006 sua  
bancada contasse com apenas 65 parla-  
mentares. A base oposicionista começa  
a legislatura aparentemente enfraque-  
cida também com o desempenho do  
PSDB: 65 vagas, quatro a menos que  
em 2002. O PMDB foi o partido que  
mais cresceu. Tem agora 89 deputados  
contra 77. No Senado, a maior bancada  
é do PFL (18), seguida pelo PMDB (17),  
PSDB (14) e PT (10).

### Perfil ideológico

Estudos feitos pelo Departamento  
Intersindical de Assessoria Parlamentar  
(Diap) dão o retrato falado da próxima  
legislatura. A futura Câmara dos Depu-  
tados será composta, predominantemente,  
por deputados com graduação



superior, de idade entre 30 e 60 anos, com experiência política anterior em cargo público e formação em profissões liberais e fonte de renda não-asalariada. Diferentemente da conformação partidária, que pouco mudou, o perfil socioeconômico poderá alterar o comportamento político e ideológico da nova Câmara.

“A conformação ideológica do novo Congresso tende a ser menos socialdemocrata e mais liberal, o que aumenta a pressão por reformas liberalizantes, mas quem vai ditar os rumos do debate será o presidente Lula”, diz Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Diap. “Mais importante do que a renovação do Congresso é a composição partidária. O PMDB será o pivô da governabilidade e o fato de PTB e PP, que serviram de base tanto a Fernando Henrique quanto a Lula, terem perdido força agora vai tornar o governo menos dependente”, afirma a cientista política Argelina Figueiredo, do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ). “Nenhum Congresso é igual ao anterior e o novo pode surpreender se houver harmonia com o Executivo em torno do desenvolvimento”, ressalta o deputado federal Miro Teixeira, do PDT do Rio de Janeiro, do alto de 32 anos de vida parlamentar.

A aposta de a Câmara dos Deputados e o Senado serem empecilho a avanços na área social é uma possibilidade descartada pelos especialistas. O governo já baixou medidas que representam uma desoneração de R\$

## O CRESCIMENTO DAS BANCADAS NO CONGRESSO NACIONAL

<b>As bancadas que cresceram no Senado</b>			
<b>Partido</b>	<b>2006</b>	<b>2002</b>	<b>%</b>
PFL	18	16	12,50
PRTB	1	0	–
PL	3	3	0,00
PDT	5	4	25,00
PC DO B	2	1	100,00
PTB	4	2	100,00
PSOL	1	1	0,00
PP	1	0	–
PPS	1	0	–
<b>As bancadas que diminuíram no Senado</b>			
PT	10	12	-16,67
PMDB	17	20	-15,00
PSDB	14	16	-13,00
PRB	1	2	-50,00
PSB	3	4	-25,00

5 bilhões para o setor produtivo e de outros R\$ 5 bilhões para o Judiciário e o Ministério Público. Começa a discutir agora a renovação da CPMF, com algum alívio para o bolso do contribuinte, e da Desvinculação de Recursos da União (DRU), que permite o remanejamento de até 20% dos recursos do Orçamento.

São providências que podem representar menos dinheiro em caixa, ao mesmo tempo em que sinalizam para a inevitabilidade do crescimento. Ou o país cresce ou vai haver mais corte de despesas. Parte da contenção de gastos já foi determinada. O pacote do governo anunciando uma redução de R\$

2 bilhões com despesas de pessoal é um sinal de que os dois próximos anos, pelo menos, serão de aperto para os servidores públicos.

“Armou-se uma armadilha. Não há hipótese de haver crescimento salarial sem aumento de gasto, e não há hipótese de o país voltar a crescer sem redução de gasto”, diz Antônio Augusto de Queiroz. “Nos dois primeiros anos, o governo dificilmente fará contratações, e, num cenário otimista, o máximo que se pode vislumbrar é a recomposição da inflação para o funcionalismo público.” O mesmo cenário embaça as previsões sobre o salário mínimo.

#### As bancadas que cresceram na Câmara

Partido	2006	2002	%
PMDB	89	77	15,58
PPS	21	15	40,00
PSB	27	22	22,72
PDT	24	21	14,28
PCdoB	13	12	8,33
PV	13	5	160,00
PSC	9	1	800,00
PMN	3	1	200,00
PRB	1	0	-
PT DO B	1	0	-
PSOL	3	0	-
PHS	2	0	-
PTC	4	0	-
PAN	1	0	-

#### As bancadas que diminuíram na Câmara

PFL	65	84	-22,62
PT	83	91	-8,80
PSDB	65	69	-5,80
PL	23	26	-11,54
PTB	22	26	-15,39
PP	42	49	-14,29
PRONA	2	6	-66,67

### As reformas prioritárias

O pacote de reformas embala duas prioridades, assumidas pelo governo: a Política e a Tributária. O conteúdo da primeira é questão em aberto, vai depender das negociações no Congresso. Mas é um tema que une do PT e PMDB à oposição liderada pelo PSDB e pelo PFL. Ela fortalece os grandes porque enxuga os pequenos. Os partidos PP, PTB e PL, que mais resistiam a mudanças nas regras do jogo eleitoral, saíram enfraquecidos das urnas. Aos pequenos PV e PSOL resta a briga para que seja criada a figura da Federação dos Partidos, do contrário terão de partir para a refusão.

“Quanto menor a Reforma Política, melhor para a democracia”, apregoa Argelina Figueiredo. “A Reforma Política disfarça o ponto principal: a corrupção na sociedade.” A tese polêmica da cientista política se assenta em alguns mitos. Um deles é que o financiamento público de campanha acaba com a corrupção. “Espanha, França e Alemanha têm financiamento público de campanha, mas não resolveram seus problemas de corrupção política.” Outro: que o voto distrital é melhor para o sistema democrático. “Ele pode facilitar a governabilidade, mas como sistema representativo é injusto. Um partido

pode fazer maioria sem chegar aos 50% dos votos, bastando apenas ser o mais votado em 35 distritos”, avalia Argelina.

A Reforma Tributária é outro tema essencial para um governo que se propõe a promover o crescimento sem ter como aumentar a carga de impostos. É provável que ela acabe casuística e limitada no conteúdo, mas precisa deixar de ser uma ficção. A federalização do ICMS, o aumento do Fundo de Participação dos Municípios, a renovação da CPMF e da DRU não bastam como propostas, na opinião do diretor do Diap. “Reforma tributária real é reduzir a carga tributária, ampliar a base de arrecadação, tributar patrimônio e distribuir melhor.”

A estimativa com a adoção de algumas dessas medidas é de um enxugamento de 35% dos recursos repassados à União. Nem o mais ingênuo dos novos congressistas se iludiria com gesto de tamanha boa vontade. Afinal, com toda a força que tem, até para fazer barulho em torno da possibilidade de um impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à menor evidência de um novo escândalo, ao Congresso falta o que sobra ao governo: os dois terços contabilizados pela base governista suficientes para barrar qualquer reforma constitucional – ou para tocá-la adiante, se for o caso.

### Pisando em ovos

Especialistas apostam que, para não azedar ainda mais as relações com os trabalhadores do setor privado e com o funcionalismo público, o go-

# Bancada do diploma

Os estudos do Diap revelam também que por grau de instrução a Câmara não fica nada a dever aos parlamentos de países mais desenvolvidos culturalmente. Pelo menos 413 (80,5%) dos 513 deputados têm curso superior completo. Trata-se, ainda, de uma Câmara experiente. Quatrocentos e noventa e três deputados têm idade superior a 31 anos. O Diap identificou apenas 20 deputados com idade entre 21 e 30 anos. O novo Congresso vai ter mais mulheres que o atual, e as bancadas ruralista e evangélica cederam espaço à bancada do diploma.

A categoria profissional que lidera a composição da futura Câmara é formada por profissionais liberais. São 265 ao todo, liderados por 87 advogados e 54 médicos. A segunda maior representação é a dos empre-

sários: 120 urbanos, entre industriais e comerciantes, e 24 produtores rurais. Atrás vêm os assalariados, que somam 88 deputados liderados pela bancada dos professores (32) e dos servidores públicos (23). Operários urbanos e rurais fizeram uma bancada de apenas 19 representantes.

Regionalmente, três aspectos chamam a atenção na nova composição da Câmara. O primeiro é o fato de o PSDB, de perfil socialdemocrata, ter voltado a ser um partido paulista, em que elegeu um quarto de sua bancada. O segundo é a constatação de que o PFL também manteve a concentração estadual, sendo a Bahia seu principal reduto. E, terceiro, pelos estados com forte vocação agrícola terem ajudado a eleger muitos parlamentares vinculados ao setor e fortalecido a bancada ruralista.

verno não vai mexer fundo nas reformas Trabalhista, Previdenciária e Sindical. A da Previdência deve ficar para mais tarde nos pontos essenciais: redução da diferença do tempo de contribuição entre homens e mulheres; unificação dos regimes previdenciários do servidor privado e público; e idade mínima para a aposentadoria. Para já, apenas a regulamentação da previdência complementar dos servidores públicos.

"A simples regulamentação da previdência complementar já será positiva para o servidor público e, também, para o país, porque a União não tem como fazer frente às despesas", afirma Alexandre Maimoni, advogado especialista em direito previdenciário e consultor do Sinal. "Há dois anos o projeto está en-

gavetado na Casa Civil. A expectativa é que agora avance." A alternativa prevista na proposta do governo é a criação de um fundo único para os servidores públicos, o "Fundão", mas o Sinal vai lutar para que a previdência complementar dos funcionários do Banco Central fique com o Centrus.

O presidente do Sindicato, David Falcão, vê com reservas a criação desse fundo único. "Na proposta do governo só há a garantia de que o Tesouro sairá ganhando e não há qualquer segurança para o futuro do servidor." No novo sistema, o governo faria uma brutal economia de recursos ao deixar de aportar os atuais 22% sobre a parcela excedente do teto do RGPS, para verter algo em torno de 6% a 7,5%. Do lado do servidor, porém, sob o re-

gime de Contribuição Definida (CD), a sua participação na formação de uma poupança para usufruto futuro seria paritária, isto é, igual à do governo. "Trata-se, na prática, de um plano de capitalização que não garante a integralidade dos seus vencimentos nem a paridade com relação aos salários dos ativos", critica David.

**NOTA DA REDAÇÃO:** *O fundo de pensão Centrus não paga aposentadoria a quem deixou a ativa depois de 1991. O Supremo Tribunal Federal decidiu, em 1996, enquadrar o pessoal do BC no Regime Jurídico Único. A medida era retroativa a 1991. Hoje, um pensionista do Centrus recebe um salário médio mais elevado do que os pensionistas do RJU. A aposentadoria pela União se tornou um mau negócio.* 



## O novo Congresso: uma opinião

Mudança de legislatura é sempre esperança de tempo novo. Desde que mudem mentalidades mais do que pessoas e o Parlamento não sucumba à fadiga das repetições de comportamentos evitáveis e desnecessários. Em política, forte é o óbvio e seus compreensíveis esforços para ser realista, gradualista, democrático. A democracia é a negação da unanimidade, é o possível, mas não precisa ser o imperfeito e nem o injustificado.

O novo Congresso Nacional tem que ter um compromisso com a modernização do Estado e o sistema de produção de poder no Brasil. Está esgotado o modelo do presidencialismo de coalizão e de coabitação criado em meados dos anos 80, que passou por todos os governos dos anos 90. Chegou ao nosso governo e está se configurando, erroneamente, de novo como política de produção de base parlamentar no nosso segundo governo. É um erro essa idéia de dividir o Estado para buscar estabilidade política, e dividi-lo entre partidos e políticos por justaposição e princípios de boa convivência. A consequência é se estabelecer uma governabilidade com preço alto e volátil. Sem um projeto

mobilizador de todos os setores, a política vai se deslocar cada vez mais do centro de reflexão da sociedade em que nós vivemos. E o povo não vai se interessar por esse tipo de política dos políticos.

Outro compromisso central é convencer ao governo da importância do Parlamento na orientação das prioridades econômicas, fazendo da política industrial e da expansão de empregos o principal fator da estabilidade da moeda e do crescimento sustentável.

“Tudo é política, mas a política não é tudo”, já dizia o pensador italiano Norberto Bobbio. Ou seja: há um componente cultural, civil, familiar, comunitário, econômico. A política é bem comum e não distribuição de cargos entre partidos e pessoas. Mas vejo que para produzir autoridade, vigor e força, é preciso que o governo tenha capacidade de envolver os partidos políticos e os parlamentares em propostas de modernização da sociedade. Predominam no Congresso pessoas de bem, parlamentares de todos os partidos que expressam claramente esse sentimento de mudança que a sociedade quer. O que deve decidir a posição política

de progressistas é sempre a reflexão crítica, e mais o senso de dever, do que o senso de interesse, porque a política não pode ser mero exercício do poder. Os cargos devem ser expressão e plataformas de ações governamentais de longa duração.

O novo Congresso deve ser contra a apropriação privada da política e lutar nessa legislatura para mudar essa realidade e a perda de confiança na política como atitude democrática. A política não pertence aos políticos. Pertence à sociedade e aos cidadãos.

É preciso que o governo também não seja antiparlamentar. Não tenha preconceito de imaginar que só se recrutam no Parlamento políticos fisiológicos, que não tenham senso de dever e honra pessoal. A maioria do Congresso pode servir ao país através de suas próprias iniciativas, harmonizadas com as políticas públicas impulsionadas pelo governo.

Na campanha eleitoral não houve um tema convocante e uma bandeira política clara, de mudança, de modernização da sociedade brasileira. Essa foi uma das maiores características dessa eleição: teve uma função meramente rotineira, da rotina do sistema democrático. O que não é ruim, mas não contribuiu para propagar ou consolidar nenhuma das virtudes públicas do sistema democrático. E o eleitor, de uma certa maneira, reage como os partidos lhe apresentam a questão nacional da representatividade parlamentar.

Se for proposto ao brasileiro um debate programático e um processo de reflexão sobre os caminhos para a sociedade, em que valores mais estruturantes e progressistas sejam o tema, o brasileiro é um aliado sempre com seu voto. O sistema eleitoral tem mais virtudes do que defeitos. O problema é quando predomina na relação com o eleitor a troca de favores. Esse fisiologismo político em que o eleitor acha que o candidato está atrás de emprego pessoal e o

eleitor está atrás de benefícios pessoais, em que uma das mãos suja a outra, foi a marca desta eleição.

Se o sistema de poder, seja o Legislativo, Executivo ou Judiciário, não pune os cidadãos que se apresentam ao eleitor como candidato, não se deve pedir ao eleitor ou ao candidato que cumpram uma função que é das instituições estáveis. E é das instituições permanentes, que recebem recursos públicos para serem eficientes e capazes de julgar o delito e considerá-lo crime, e até punir os infratores. No Brasil não é tradição o tratamento político do erro como erro. Ninguém é punido pelo fato de errar. Nesse aspecto, o debate sobre a legislação nacional, os problemas que nos afligem, desaparecem do cenário. Mas não é culpa do eleitor: o eleitor não é o Poder Judiciário, a burocracia partidária, a estrutura de poder do país. O eleitor reflete, embora seja a base da legitimidade do poder, os candidatos que lhe

são oferecidos pelo sistema institucional. Se o candidato foi aprovado pelo partido, pelo Judiciário e as instituições legais do país para se apresentar na eleição, cabe ao eleitor dizer sim ou não ao candidato. E não se comportar como se fosse

um juiz, promotor ou delegado. Ele reage conforme lhe é apresentada a política. E hoje política é propaganda. A publicidade retirou da política essa substância mais profunda e confundiu o certo e o errado. Mas o mandato-caricatura é sempre minoritário e fugaz.

Em muitos aspectos, o voto não é um fator de socialização. Quer dizer: se a escola não é um fator de socialização, o voto muito menos é um fator de socialização de uma maneira geral. E a expressão clássica disso é votar para resolver problemas pessoais e não para resolver problemas nacionais. Cabe ao novo Congresso frustrar um pouco esse tipo de eleitor e político egoísta e zelar pelo bem comum, melhor forma de ajudar a todo o povo individualmente.

(\*) Deputado Federal (PT-MG)





## “Todos queremos crescer. Só não podemos inflacionar a economia”

Ainda sem ter confirmada sua permanência a frente do Banco Central nos próximos quatro anos – há fortes pressões de setores “desenvolvimentistas” do PT e do próprio governo para sua saída – Henrique Meirelles driblou a apertada agenda de final de ano e conseguiu uma brecha, em pleno sábado, para conversar pela segunda vez com a **Por Sinal**. Indagado sobre a flexibilização das metas de inflação para que o país cresça a taxas mais expressivas, o presidente do BC mais uma vez reforçou sua convicção de que a precondição do crescimento é a estabilidade. “Inflacionando a economia, não se consegue crescer mais, cresce-se menos. A inflação sobe, desorganiza a economia, cai o poder de compra dos trabalhadores, cai a venda, cai a demanda, e temos recessão”. Confira, nas páginas seguintes, a íntegra da entrevista, da qual participaram o presidente do Sinal, David Falcão, e o diretor do Sinal-SP, Daro Marcos Piffer.

■ **O fato de as expectativas apontarem para inflação abaixo da meta (porém dentro do intervalo) não indica que os juros poderiam ter caído em velocidade maior?**

Não, pela própria definição do arcabouço de meta de inflação. Aqueles países que adotam um intervalo de tolerância, o fazem exatamente porque estão vivendo ainda períodos nos quais a inflação tem uma certa volatilidade. E é exatamente por isso que se estabelecem intervalos de tolerância, visando acomodar choques exógenos. No caso do Brasil, temos a meta central de 4,5% ao ano e um intervalo de 2%, acima ou abaixo. A inflação na meta é aquela que orbita em torno do centro. Não existe em nenhum país inflação linear, isto é, aquela absolutamente aderente a uma linha do centro.

Se formos olhar a inflação dos últimos quatro anos, vamos ver que, em 2003, ela foi de 9,3%, logo, acima da meta estipulada de 8,5%. No ano 2004, a meta central era de 5,5% e a inflação ficou em 7,6%, abaixo do teto de 8% e acima do centro. E em 2005, a meta era de 4,5% e a inflação foi de 5,7%, com teto de 6,5%, portanto, no intervalo superior.

Nos três primeiros anos, tivemos inflação no intervalo superior e neste ano, no intervalo inferior. O que está absolutamente consistente com a sistemática, na medida em que no ano 2006 nós tivemos choques positivos, como o

dos produtos agrícolas, com quebra dos preços. Tivemos também uma apreciação do real maior do que esperavam os analistas. Esses aspectos fizeram com que a inflação estivesse abaixo do centro, mas dentro da meta. Da mesma maneira, em 2005, tivemos choques negativos, que fizeram com que a inflação ficasse em um intervalo superior. Mas é exatamente para isso que existe o intervalo de tolerância. Isso mostra que o sistema de metas de inflação no Brasil está funcionando corretamente. O que significa que o Banco Central mira no centro e a inflação orbita dentro do intervalo.

■ **A inflação sob controle possibilitará a queda continuada e acelerada dos juros? O mercado, hoje, trabalha com a expectativa de que a taxa Selic chegue a 12% até o fim de 2007 . A atual política de metas consegue garantir essa expectativa?**

Devemos separar aqui dois tipos de movimentos. De um lado, vamos chamar os movimentos cíclicos, ou de curto prazo. Fazem parte da trajetória de juros no mundo inteiro momentos em que os juros caem e outros em que sobem. Nunca é uma trajetória linear. A maioria dos países, hoje, está num momento de subida das taxas básicas de juros, o que é absolutamente normal. E, sem dúvida, o Brasil também vai viver períodos em que os juros poderão estar subindo. Contudo, existe um outro movimento no país que

é produto da estabilização: é o da queda de juros reais de longo prazo na economia. A longo prazo. E o que isso significa?

Logo depois do Plano Real, se tomarmos as taxas de juros do mercado a termo por 360 dias e descontarmos a inflação prevista pelo mercado para os próximos 360 dias, vamos perceber que as taxas reais, no início do Plano, atingiram o patamar acima de 20%.

“Nos três primeiros anos, tivemos inflação no intervalo superior e neste ano, no intervalo inferior.

O que está absolutamente consistente com a sistemática, na medida em que no ano 2006 nós tivemos choques positivos, como o dos produtos agrícolas, com quebra dos preços”.



Posteriormente, houve uma queda paulatina e as taxas de juros reais em alguns anos tiveram uma média em torno de 14%. Nos últimos dois anos, elas vieram caindo; este ano, ficaram ao redor de 10% e, agora, especificamente, um pouco abaixo de 9%. Isso indica que, de fato, a tendência da taxa real a longo prazo é declinante. Mas por que existe essa trajetória declinante? Por uma razão simples.

Entre os vários fatores que fazem com que a taxa de juros no Brasil seja muito alta, um dos mais importantes é o chamado prêmio de risco da inflação. Isto é, a inflação no Brasil, mesmo em passado recente, como em 2002 e 2003, tem oferecido surpresas negativas. A inflação, por exemplo, de maio de 2002 até maio de 2003, foi de 17% ao ano. Num determinado tempo, ela atingiu um patamar até muito maior que esse, bem acima das previsões da época. Isso é uma surpresa negativa. No momento em que existem surpresas negativas e, em conseqüência, volatilidade da inflação, os prêmios de risco fazem com que as taxas de juros reais se mantenham elevadas. Quando a incerteza diminui, a previsibilidade da inflação aumenta, e tendem a diminuir os prêmios e a taxa de juros de mercado. É claro que existem outros prêmios de risco, como o do risco externo e o do risco de crédito do setor público, entre outros. Mas o fato concreto é que a diminuição dos fatores de risco do Brasil faz com que as tendências sejam declinantes.

A contribuição que o Banco Central tem a dar nesse processo é manter a inflação na meta. Quanto mais tempo o BC mantiver a inflação na meta, menos teremos pressão nos prêmios de risco e os juros tenderão a ser mais baixos. Significa que é muito importante que o Banco seja percebido pela sociedade como tendo um comportamento absolutamente comprometido em manter a inflação na meta.



“A contribuição que o Banco Central tem a dar nesse processo é manter a inflação na meta. Quanto mais tempo o BC mantiver a inflação na meta, menos teremos pressão nos prêmios de risco e os juros tenderão a ser mais baixos”.

■ **Dentro desse cenário, é possível o governo trabalhar com metas menores de inflação nos próximos anos?**

Evidentemente esta será uma discussão dentro do âmbito do Conselho Monetário Nacional. Somos membros do Conselho, o presidente do Banco Central tem um voto, mas não nos compete definir ou opinar antecipadamente sobre quais deveriam ser as próximas decisões do Conselho em relação às metas de inflação.

Dito isso, é importante mencionar que a média de metas de inflação para os países emergentes é cerca de 3% e a meta que hoje prevalece nas economias mais amadurecidas é em torno de 2%. A própria Inglaterra, que tinha 2,5%, baixou para 2%. A Europa é 2%. Ou seja, a maior parte dos países industrializados tem hoje uma meta de 2%. A China, por exemplo, trabalha com inflação muito baixa. E Singapura tem uma média de 1,5%, nos últimos 10 ou 15 anos. Podemos dizer que, de fato, a meta brasileira, justificável pelo histórico da inflação no Brasil, está ainda um pouco acima dos padrões internacionais. Agora, qual seria uma possível velocidade de convergência? Isso certamente será uma questão para o Conselho Monetário decidir.

■ **O que explica o elevadíssimo spread bancário cobrado pelo mercado financeiro? O BC não devia fazer algo a respeito?**

O Banco Central tem feito muita coisa. Por exemplo,

a central de risco. Essa é uma contribuição muito importante, que possibilita maior competição do sistema financeiro. O Banco Central, com isso, permite que o cliente escolha uma outra instituição que passa a ter acesso ao seu cadastro, coisa que não tinha antes. Ele pode, portanto, escolher a instituição que ofereça *spreads* menores. Sem dúvida que a cobertura da central de risco ainda

está relativamente elevada e cobre um número pequeno de operações, acima de R\$ 5.000. Mas o Banco Central está fazendo um investimento grande nessa área. Temos planos, em 2007, de baixar esse valor para R\$ 3.000, de maneira a ter um número maior de operações que poderão ser cobertas. E no final do processo, já em meados de 2007, começo de 2008, atingirmos operações acima de R\$ 1.000. Além do mais, há uma série de outras medidas. No âmbito do Conselho Monetário Nacional, por exemplo, foi aprovada em setembro, por voto do Banco Central, a criação da conta-salário, que passará a vigorar a partir de abril de 2007, com um período de transição para os convênios em andamento. Veja como ficará a situação de um funcionário que tenha conta em determinado banco. À medida que seja estabelecida nesse banco uma conta especial, esse servidor tem direito a dar uma ordem de transferência. Essa ordem faz com que, sem tarifas, o seu salário integralmente, ou em parte, seja transferido para outra instituição, se ele assim o desejar, ou para outra conta do próprio banco. De maneira que, com isso, os benefícios que hoje o empregador recebe dos bancos para processar a folha de pagamento em determinada instituição passarão para o empregado. Ele próprio vai ter o controle, escolhendo a instituição.

Estou dando dois pequenos exemplos, mas que são importantes. Existem várias medidas que já foram tomadas



“É todo um processo que demanda tempo. Primeiro, a estabilização do sistema. Depois, em função disso, criar condições para aumentar a concorrência bancária e, a partir daí, possibilitar a queda paulatina dos *spreads*”.

ou que estão em processo, que visam aumentar a competição do sistema bancário. O crédito consignado foi uma de grande sucesso, baixou muito o *spread* para os usuários do crédito consignado. O *leasing* de automóvel, a nova lei de falências, a cédula de crédito bancário, também aprovada no Congresso, todas são medidas que vão permitir a queda dos *spreads*.

Além do mais, o Banco Central tem incentivado a competição por outras formas. Ele tem aprovado um número significativo de cooperativas. Isso, no devido tempo, vai gerar uma pressão na base do sistema por uma maior competição. Estamos aprovando cooperativas no país inteiro. Para se ter uma idéia, a Federação das Indústrias de São Paulo tem três aprovadas para dar crédito aos seus sócios. Membros da entidade reclamam muito do *spread* bancário, mas agora eles já têm lá dentro instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central. Uma oportunidade de oferecer *spread* menores para seus associados. E isso é no Brasil inteiro.

O que eu quero dizer é o seguinte: é todo um processo que demanda tempo. Primeiro, a estabilização do sistema. Depois, em função disso, criar condições para aumentar a concorrência e, a partir daí, possibilitar a queda paulatina dos *spreads*. Vamos ter de fazer um trabalho grande de divulgação e o Sinal pode ajudar. Porque tudo isso vai funcionar se o cliente bancário souber das suas possibilidades e direi-

tos. Se ficar prisioneiro da instituição com que ele sempre trabalhou, as medidas não terão efeito imediato. É muito importante que essas medidas todas sejam tomadas, mas também que a população seja bem informada sobre elas. O Banco Central com certeza já está trabalhando nisso.

■ **E isso aumenta o poder do cliente? Ele deixa de ser refém do banco?**

Na medida em que exista a disposição do cliente, a possibilidade legal e operacional de se fazer isso, de que possa, por exemplo, pegar o seu cadastro e seu salário e ir para uma outra instituição, já é um poder de barganha maior. E aí os bancos começam a competir. Tudo isso ancorado na estabilidade econômica. A instabilidade gera *spreads* maiores. Por quê? Na instabilidade, o crédito fica arriscado e vira uma questão de predisposição ao risco. E a instituição que tenha predisposição de emprestar não vai ter muita competição. No momento em que a economia está estável, e que todas as instituições estão interessadas em emprestar e o cliente tem o poder operacional e legal de escolher, aí é diferente.

■ **Durante toda a campanha eleitoral, o presidente Lula prometeu um crescimento acima de 5% do PIB, já em 2007. Segundo recente estudo do Ipea, por conta dos problemas no setor elétrico e da baixa taxa de investimentos, dificilmente o país terá esse crescimento nos próximos anos. Essa também é a expectativa do mercado. O senhor acha que as condições para garantir esse crescimento estão dadas ou é preciso mudanças na condução da política econômica, como defendem principalmente dirigentes do PT?**

É importante definir com clareza algumas coisas. Em primeiro lugar, as condições para o crescimento a taxas de 5%,

ou maiores, não estão dadas, mas as condições sim. E o que são as condições? Estabilidade, estabilidade de preços, estabilidade da balança de pagamentos e estabilidade fiscal. À medida que o país tenha estabilidade, ele sai do padrão das crises periódicas, que eram um grande impeditivo ao crescimento do Brasil no passado. Isso faz com que o patamar de crescimento saia dessa faixa pouco abaixo de 2% e atinja esses patamares que o mercado prevê, com taxas médias de crescimento quase dobrando. É claro que isso ainda não satisfaz o país.

Por esse motivo, o país agora está trabalhando nas demais medidas: na área tributária, com desonerações; na racionalização fiscal, para tornar o sistema tributário mais eficiente; na área de contenção da expansão de gastos correntes; na área regulatória; na área de promoção de investimentos, sejam públicos ou privados. Em resumo, toda uma série de medidas que o país precisa para aumentar sua taxa de investimento e, em consequência, crescer mais. Todos queremos crescer a taxas maiores. A grande questão é saber que medida tomar para se fazer isso. Só existe uma coisa, e posso enfatizar, que a experiência internacional mostra que não se deve fazer: inflacionar a economia. Inflacionando a economia, não se consegue crescer mais, cresce-se menos. A inflação sobe, desorganiza a economia, cai o poder de compra do trabalhador, cai a venda, cai a demanda, e temos recessão. Portanto, a condição é a estabilidade.

“O país agora está trabalhando nas demais medidas: na área tributária, com desonerações; na racionalização fiscal, para tornar o sistema tributário mais eficiente; na contenção da expansão de gastos correntes; e na promoção de investimentos, sejam públicos ou privados”.



### ■ Qual seria o papel do Banco Central no desenvolvimento do país?

Vamos começar com o papel do Banco Central. O papel do Banco Central, em primeiro lugar, é manter a inflação na meta. Em segundo, é manter uma política cambial que permita o funcionamento flexível do mercado de câmbio, para que o mercado de câmbio flutuante possa cumprir a sua função na correção de desequilíbrios externos. E o Banco Central, certamente, também tem de cumprir as suas funções básicas de normatizador e supervisor do sistema financeiro, para garantir um sistema saudável, eficiente e de baixo custo ao país.

Em resumo, uma vez que o Banco Central cumpra o seu papel, ele já está dando a sua contribuição ao crescimento do país, a taxas maiores. É exatamente por isso que eu fiz uma analogia, quando disse que não se pode criticar um goleiro por não fazer gol. A função do goleiro é defender o gol. Às vezes, temos a sensação, no Brasil, de que alguns recorrem ao que em São Paulo se chamava, há muitos anos, de “futebol de várzea”. Futebol de várzea tinha como grande característica aquela em que todos os 22 jogadores corriam atrás da bola. Esse processo, com certeza, é ineficiente.

### ■ Mas temos que considerar o Rogério Ceni, que é goleiro e faz gols.

“A função do goleiro é defender o gol. Às vezes, temos a sensação, no Brasil, de que alguns recorrem ao que em São Paulo se chamava, há muitos anos, de “futebol de várzea” – todos os 22 jogadores corriam atrás da bola. Esse processo, com certeza, é ineficiente”.



Mas é só de bola parada. Uma exceção que confirma a regra.

### ■ E será possível reduzir o "aperto fiscal", aumentar os investimentos e praticar uma política mais desenvolvimentista?

A questão tributária é da maior importância, no sentido da carga tributária. Não há dúvidas de que a carga brasileira é elevada, ela aproxima-se devagar dos 40% do produto. É uma carga tributária alta para os padrões de qualquer país, particularmente os países emergentes. Mas essa carga existe para financiar as despesas correntes, a manutenção da máquina pública e da Previdência Social. E isso é resultado da Constituição de 1988, a constituição cidadã, que deu uma série de direitos aos cidadãos brasileiros e que estão sendo cumpridos através dos anos.

É claro que isso requer um trabalho de melhoria na gestão. É um trabalho importante e o governo está muito preocupado com isso. Existe uma questão de racionalização da arrecadação tributária, torná-la mais eficaz, mais eficiente, mais racional. Mas, independentemente de tudo isso, há a questão do alto nível das despesas públicas. Isso será um debate importante no Brasil e no mundo inteiro, pois não é um fenômeno apenas brasileiro. Vi preocupações sobre isso na Austrália, agora na reunião do G-20. O Japão, a Europa, os Estados Unidos, a China, estão todos

preocupados com isto: o custo do pagamento das aposentadorias da população que recebe sem lastro de contribuição. Essa é uma decisão que a sociedade brasileira vai ter que enfrentar. É uma questão de opção. Por exemplo, muitas pessoas falam que têm várias coisas extraordinárias na China, mas uma das características da China é não ter praticamente nenhuma despesa, até hoje,

relevante de previdência social. Além disso, direitos trabalhistas praticamente inexistem. Não sei se é algo que o sindicato, por exemplo, iria defender.

■ **Como o senhor vê a combinação da meta de inflação com as metas de crescimento e também de geração de empregos?**

Esse assunto foi enfrentado por muitos países, e uma discussão interessante

deu-se nos Estados Unidos. Lá, o Federal Reserve (FED), o Banco Central americano, tem em lei vários objetivos. A inflação é um deles, mas o crescimento de emprego e o dos produtos também são objetivos previstos na lei. Depois de algumas décadas de debate, a conclusão a que chegou o FED, e que foi explicitada em vários depoimentos de presidentes da instituição no Congresso, é que a melhor maneira que o Banco Central tem para colaborar para o aumento do emprego, da renda e do crescimento é manter a inflação na meta. Não são coisas conflitantes. Como o BC só possui um instrumento, que é a política monetária, deve ater-se a apenas uma meta, a da inflação.

■ **O Sinal defende a ampliação do papel do Banco Central, que passaria a “garantir a estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social, a solidez do sistema financeiro brasileiro e a proteção da economia popular”. O que o senhor acha dessa proposta?**

Eu concordo com os objetivos da proposta. Não há dúvidas de que o objetivo último de qualquer política econômica é o aumento da renda e do emprego e, como consequência, o bem-estar da população. Portanto, o objeto do sistema financeiro é o fortalecimento da economia popular. Nisso estamos totalmente de acordo. A experiência, hoje, mostra que a estabilidade de preço, a inflação na meta, não é incompatível com o bem-estar



“Não há dúvidas de que o objetivo último de qualquer política econômica é o aumento da renda e do emprego e, como consequência, o bem-estar da população. Portanto, o objeto do sistema financeiro é o fortalecimento da economia popular”.

social, muito pelo contrário, é promotora do bem-estar social. Porque a inflação baixa protege camadas de menor poder aquisitivo. Na medida em que a inflação está baixa, elas têm maior poder de compra, há mais distribuição de renda. Haja vista os resultados atuais do Brasil. As regiões mais pobres têm um crescimento de demanda maior do que as regiões mais ricas. As regiões pobres do Nordeste cresceram acima de 10%, um crescimento chinês. Por quê? Inflação baixa, além, é claro, dos programas sociais. Portanto, estamos totalmente de acordo quanto a esse aspecto.

■ **Qual a perspectiva de autonomia do BC, tese apoiada pelo Sinal, no segundo governo Lula? O tema ganha relevância e urgência na medida em que se especula na imprensa a composição da diretoria do BC, que hoje não tem mandato definido, abrindo espaço para o risco de uma “politização” ou “partidarização” da instituição.**

Fico muito satisfeito que o Sinal apóie a independência do Banco Central. No caso do Brasil, existe de fato um risco de politização da instituição e, nesse sentido, um projeto de independência, com mandato definido, tranquilizaria o mercado ao transmitir estabilidade. Mas esse é um assunto de responsabilidade do Legislativo, eu sou presidente do Banco Central.

■ **A autonomia operacional vem acompanhada, em todos os lugares em que foi aplicada, das autonomias orçamentária e financeira. Qual o provável impacto dessas mudanças no cotidiano do BC?**

Em todos os lugares do mundo, a independência do Banco Central veio acompanhada das autonomias orçamentária e financeira. Aqui no Brasil, no caso da autonomia financeira, primeiro, é preciso saber como ficaria a situação jurídica do Banco Central: se ele deixaria de ser autarquia para se transformar em uma empresa pública. E aí reside um problema, que envolve o trabalho de fiscalização, já que como empresa pública o Banco perderia o poder de polícia. De qualquer maneira, mesmo não sendo empresa pública, o BC poderia ter autonomia orçamentária.

■ **O Sinal defende a ampliação do CMN, abrangendo representantes de outros ministérios e da sociedade civil em composição paritária. No início, ele era grande demais, com 36 membros. Não é isso que o Sinal defende, um retorno aos velhos moldes, mas uma participação maior da sociedade e de outros setores do governo. Qual a sua opinião a respeito?**

A História brasileira já mostrou os problemas de se ter um Conselho Monetário muito grande. As pessoas iam às reuniões preocupadas em defender seus próprios interesses. Trabalhavam dentro do CMN para aprovar matérias de acordo com seus interesses particulares. Com isso, acabavam obtendo informações privilegiadas que levavam para suas empresas.

Acho que essa proposta de ampliação que o Sinal defende tem mais a ver com um Conselho de Desenvolvimento Econômico, e não com um Conselho Monetário que deve

cuidar exclusivamente da moeda. Aliás, a partir da experiência internacional, a tendência natural em muitos países é que se fique apenas um Conselho do Banco Central.

■ **Muitas vezes o BC é criticado injustamente e a diretoria não age para defender a instituição e esclarecer a sociedade, atingindo a imagem de todos os servidores. Por quê?**

O Banco Central não é popular em lugar nenhum do mundo. O que ele deve ser é respeitado. Lembro de uma definição de um professor de política monetária sobre o BC: "É aquele sujeito que está em uma festa de adolescente, e quando ela está no seu momento de maior animação,



"O Banco Central não é popular em lugar nenhum do mundo. O que ele deve ser é respeitado. É aquele sujeito que está em uma festa de adolescente, e quando ela está no seu momento de maior animação, ele vai lá e fecha a torneira do chope".

ele vai lá e fecha a torneira do chope". A atual diretoria tem feito um esforço muito grande para esclarecer à sociedade as medidas que estão sendo tomadas. Aliás, a participação do Sinal nisso seria muito importante.

Estou convencido de que a forma de melhorar a imagem da instituição é continuar fazendo o trabalho que estamos realizando: controlar a inflação e garantir o poder da moeda. Com isso, tenho certeza de que no longo prazo a sociedade vai perceber a importância do BC e sua imagem vai melhorar.

■ **O senhor avalia que os servidores recebem uma re-**

muneração adequada pela importância do serviço que prestam?

Se olharmos o cenário internacional e a situação dos servidores dos bancos centrais de países mais desenvolvidos e em desenvolvimento, certamente a remuneração deles é muito melhor. Mas em relação à nossa realidade salarial, dentro do Regime Jurídico Único, a questão da remuneração adequada dos servidores é um problema mais difícil de ser resolvido.

■ **O que pensa do fato de os salários do BC serem menores do que os da SRF, Ciclo de Gestão e carreiras congêneres? O que o presidente vem fazendo para a recomposição dos salários? O BC já enviou ao governo Lula algum projeto prevendo a equiparação àquelas carreiras? Há estudos a respeito?**

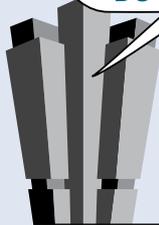
Já existe um estudo pronto que prevê a equiparação dos salários do BC aos da Receita Federal. No momento adequado, ele será apresentado à equipe econômica do governo.

■ **Na hipótese de o senhor continuar à frente do Banco Central, a atual diretoria será mantida ou haverá alterações, como vem sendo especulado na imprensa?**

■ **O Sinal, por sua vez, tem uma preocupação especial com a Diretoria de Administração por ela ser estratégica, tanto para o BC como para o funcionalismo. Experiências passadas nos mostram que alguns requisitos precisam ser observados para a escolha do nome que ocupará esta diretoria: primeiro, que ele tenha um profundo conhecimento da área; segundo, que tenha bom trânsito nas esferas do poder; e, por último, que seja respeitado pelo funcionalismo.**

Concordo com o Sinal quanto à importância do diretor de Administração. Mas não posso, antecipadamente, me manifestar a respeito do assunto. Antes de mais nada, eu preciso ser convidado. Depois, preciso decidir se aceito ou não, dependendo das condições de trabalho. Só depois disso, enfim, é que eu estudaria o nome para ocupar a Diretoria de Administração. 

**A PALAVRA DO BC**



**“Em que situações o Banco Central pode quebrar o sigilo de pessoas ou instituições suspeitas de participarem de operações ilícitas?”**

A Lei Complementar nº105, de 10 de janeiro de 2001, prevê no artigo 2º que “o dever de sigilo bancário é extensivo ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições”. O parágrafo 1º e o inciso I desse artigo definem que o sigilo não pode ser oposto ao Bacen no desempenho de suas funções de fiscalização.

Verifica-se, assim, que não compete ao Banco Central a quebra de sigilo de pessoas suspeitas de participarem de operações ilícitas. No entanto, caso, em decorrência dos seus trabalhos, o BC comprove a ocorrência de crime definido em lei como de ação pública, ou indício da prática de tais crimes, deverá informar ao Ministério Público, juntando à comunicação os documentos necessários à apuração ou comprovação dos fatos.

Conclui-se, portanto, que a investigação sobre ocorrência de operações ilícitas está fora da competência do Bacen. Cabe ao Banco Central a supervisão das instituições por ele autorizadas a funcionar ou a operar, avaliando a adequação dos seus controles internos na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

**Andréia Laís de M. S. Vargas**

Consultora da Difis, em exercício/Fone: (61) 414- 2442

*A partir desta edição, estamos inaugurando a coluna “A palavra do BC”, na qual a diretoria do Banco responderá a questões relevantes, levantadas pela Por Sinal, que precisam ser esclarecidas para nossos leitores.*

# A lição de casa do Brasil

*APESAR DA ALARDEADA MELHORA NOS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS,  
O BRASIL AINDA TEM DE PERCORRER UM LONGO CAMINHO  
PARA ATINGIR O GRAU DE INVESTIMENTO – O  
INVESTMENT GRADE – QUE MELHORARÁ AS  
CONDIÇÕES DE ACESSO DE NOSSA ECONOMIA  
À POUPANÇA EXTERNA*



O Brasil poderia começar a fazer a lição de casa pelo fundamento do crescimento. A taxas de 3% ao ano, o país dificilmente chegará lá. Mas precisa vencer também o desafio dos juros altos, da dívida pública elevada, do desequilíbrio do caixa da Previdência. São três ingredientes que ainda impedem muitos investidores institucionais de investir no Brasil. As agências de *rating* e o risco-Brasil apenas traduzem em números ou códigos a percepção de risco dos agentes econômicos em relação ao país.

O risco-Brasil já andou acima dos 2 mil pontos em 2002. A disparada desse índice era reflexo das dúvidas dos investidores em relação à disposição do novo governo em continuar honrando o

serviço das dívidas externa e interna do país. "Esse patamar terminou por ceder vertiginosamente, muito em razão da atuação do Banco Central nos mercados de câmbio doméstico e de dívida externa, com destaque para execução do Buy-Back de 2002/2003, que proporcionou um lucro de mais de US\$ 1 bilhão sobre um investimento de US\$ 2,8 bilhões", lembra Felipe de Castro Ri-

beiro, Chefe da Divisão de Investimentos do BC até junho de 2006. No dia 3 de outubro deste ano, um dos principais termômetros do mercado na economia, o EMBI+ Brasil, calculado pelo Banco JP Morgan Chase, indicava 236 pontos que, embora retrate uma grande evolução do país em termos da sua credibilidade junto à comunidade financeira internacional, também demonstrava quão volátil pode ser esta medida (o indicador representava uma alta de 2,16% em relação à véspera, quando fechara a 231 pontos).

O Embi + Br, ou Emerging Market Bond Index-Plus – Brasil, é um indicador que corresponde à média ponderada dos prêmios pagos por uma carteira virtual de títulos da dívida externa brasileira em relação a papéis de prazo equivalente do Tesouro dos Estados Unidos. Conhecido por muitos como risco-país, o Embi + Br é a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, considerado de risco zero. Por exemplo, se o risco-país estiver a 1.400 pontos, os títulos nacionais no mercado externo pagam um ágio de 14% em relação à taxa de juros paga nos títulos do tesouro americano. Assim, esse índice termina por ser uma espécie de termômetro que mede a opinião dos investidores internacionais a respeito do país como opção de investimento, sobretudo a sua capacidade de honrar seus pagamentos.

A importância da avaliação do risco-país é a de, ao servir de guia para os investidores externos quanto ao futuro de suas aplicações em um determinado país, encarecer ou baratear a emissão de títulos no exterior. Ainda assim, a pontuação termina por refletir a interpretação dos investidores internacionais de que quanto maior ela for, mais arriscado fica aplicar no país. Nesse caso, o governo visto como mais “arriscado” tende a oferecer taxas de juros mais elevadas para convencer os investidores externos a financiar sua dívida. Como consequência, o chamado prêmio de risco pago pelas emissões soberanas, de sua parte,

termina por contaminar as emissões do setor privado, elevando o custo das captações externas da economia como um todo.

Já há algum tempo na faixa entre 200 e 250 pontos, a boa pontuação do EMBI + Br não consegue esconder uma realidade nem sempre percebida pela maioria dos analistas: há ainda muito por fazer. De fato, o conforto de um patamar em torno dos 200 pontos contra os 2000 pontos alcançados em 2002 impressiona, mas não significa que o mercado se sinta totalmente seguro com relação ao Brasil, embora demonstre que o grau de segurança aumentou muito e que o perigo de *default* percebido pelos investidores hoje é muito pequeno. “Um *spread* na casa dos 200 pontos não deixa de ser um referencial. Embora positivo, não significa necessariamente que a inserção do país na categoria do *investment grade* se dê no curtíssimo prazo. Não podemos nos esquecer que a enorme liquidez internacional e a procura por rentabilidade tiveram um papel não desprezível na contração dos *spreads* de países emergentes nos últimos anos”, pondera Castro Ribeiro, do BC. “As razões para tal, que transcendem os aspectos meramente financeiros, são várias. Entre elas há questões puramente subjetivas, tais como a capacidade do país de impor o cumprimento de suas leis, o ambiente político-institucional, o grau de abertura da economia. É fato que evoluímos muito e que estamos próximos de sermos parte do seletivo grupo dos



“É fato que evoluímos muito e que estamos próximos de sermos parte do seletivo grupo dos países que possuem o desejado grau de investimento.”

FELIPE DE CASTRO RIBEIRO  
Chefe de Divisão de Investimentos  
do BC até junho de 2006

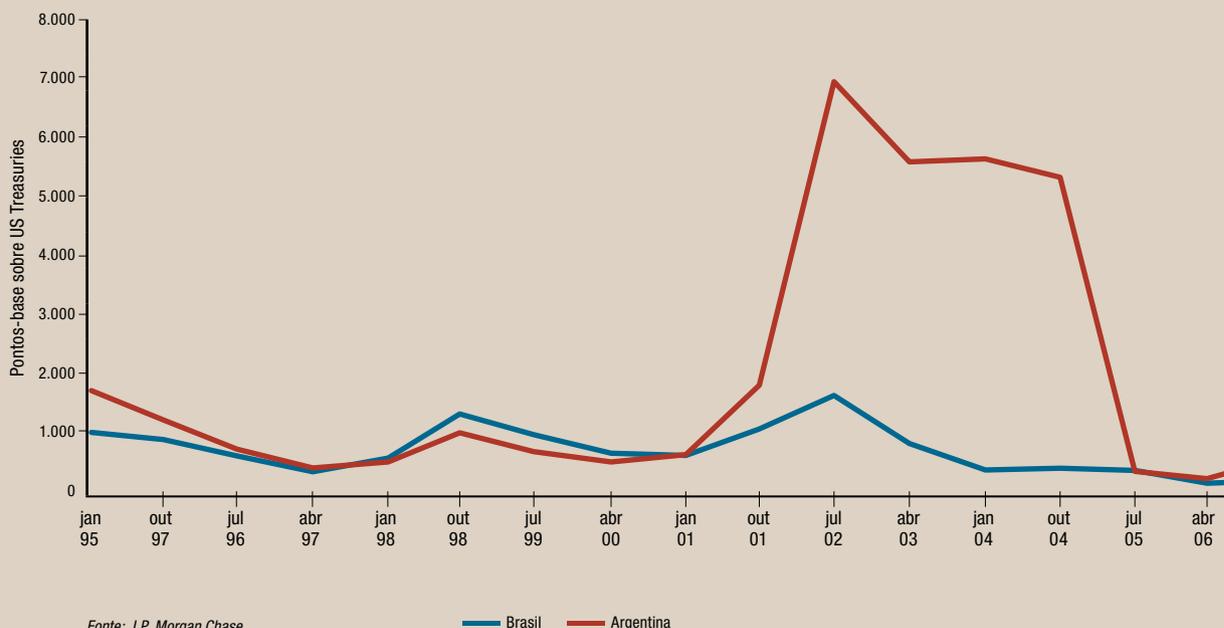
países que possuem o desejado grau de investimento. Porém, fatores entre os quais destaco a não independência do BC são empecilhos que precisam ser superados.”

### O papel das agências

Criadas no final do século 19, as agências de *rating* não tinham como missão inicial analisar riscos de países emergentes, mas acompanhar empresas que emitiam títulos ou ações no mercado de capitais dos Estados Unidos. A missão era evitar ou prevenir calotes. A palavra do mercado que traduz o maior dos temores do sistema é *default*. A Moody's foi fundada em 1900. A Fitch Ratings surgiu em 1913. A Stand & Poors é de 1941.

Assumindo um papel fundamental para a transparência e a evolução técnica do mercado de países emergentes, o JP Morgan, o legendário banco

## EMBI+: SPREAD BRASIL E ARGENTINA (JANEIRO 1995-JUNHO 2006)



O gráfico mostra que a partir da metade de 2001, por conta do não-pagamento (*default*) da dívida argentina, os riscos dos dois países se descolaram. As curvas voltam a se encontrar apenas em julho de 2005, com a renegociação da dívida argentina.



“O chamado Plano Brady viabilizou a securitização das dívidas de diversos países, transformando dívida bancária em papéis que poderiam ser negociados no mercado secundário.”

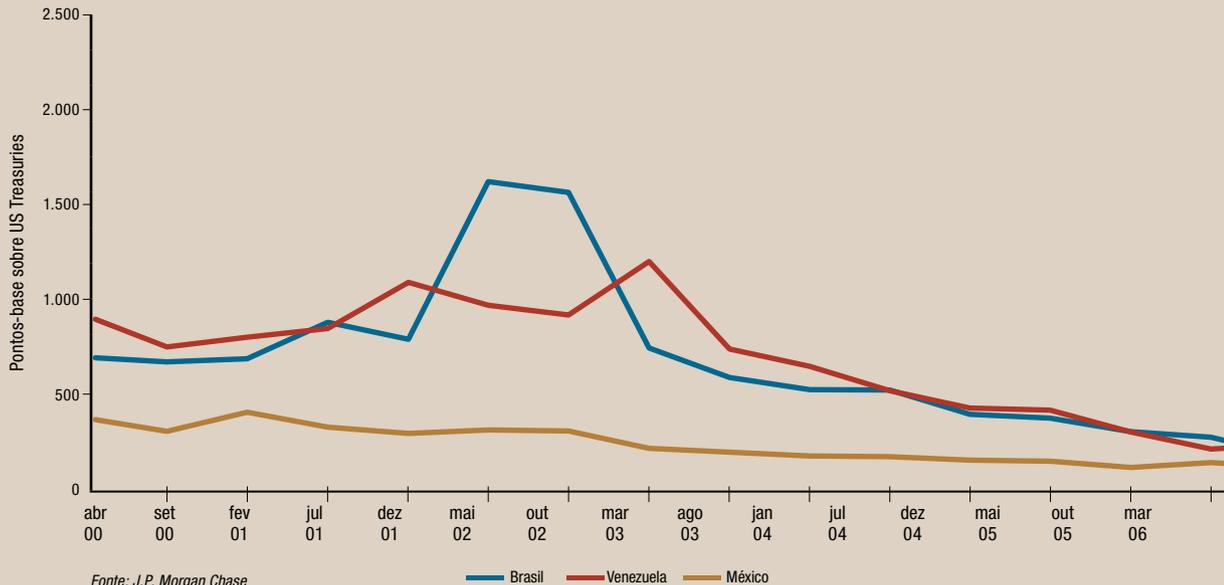
RENATO JANSSON ROSEK  
Chefe Adjunto de Operações  
do Depin/BC até junho de 2006

de investimentos criado em 1895, em virtude da sua atuação no mercado de emergentes a partir da década de 90, tornou-se referência para os investidores interessados nessa nova modalidade de investimento, com a criação do EMBI em 1994.

As agências, por seu turno, ganharam espaço a partir de 1982 com a crise da dívida dos países da América Latina. Atolados até o pescoço, eles não tinham mais como contrair novos empréstimos. Com o advento do chamado Plano Brady, que proporcionou a possibilidade da transformação das dívidas na forma de empréstimos em títulos (a securitização), países como Brasil, México, Argentina e Rússia passaram, num momento posterior, a lan-

çar títulos no mercado secundário. As agências tiveram, então, a tarefa de analisar, entre outros fatores, o risco de não pagamento dos papéis desses países. “De 1982, ano em que as reservas cambiais brasileiras chegaram a zero, até 1987, o Brasil sobreviveu com ajuda de empréstimos de organismos multilaterais, como o FMI. Em 1987 veio a moratória brasileira que, até 1994, impediu qualquer acesso do país aos mercados internacionais – nossas reservas internacionais tinham que ser mantidas exclusivamente no BIS, pois caso fossem investidas nos principais centros financeiros, corriam o risco de serem judicialmente arrestadas por nossos credores”, lembra Renato Jansson

## EMBI+: SPREADS BRASIL, MÉXICO E VENEZUELA (ABRIL 2000-JUNHO 2006)



O gráfico acima compara a evolução recente do risco-Brasil em relação ao risco-México e ao risco-Venezuela, respectivamente o segundo e o terceiro emissores da América Latina mais importantes na composição do EMBI+. Desde a definição do quadro eleitoral, o comportamento do risco-Brasil assumiu tendência fortemente declinante, chegando, já no início de 2003, a patamares inferiores ao venezuelano. O *spread* soberano do México tem oscilado entre 100 e 150 pontos, relativamente imune à instabilidade que caracterizou os demais emissores latino-americanos no passado recente.

Rosek, Chefe Adjunto de Operações do Depin/BC até junho de 2006. “A partir da década de 90, no caso brasileiro em 1994, o chamado Plano Brady viabilizou a securitização das dívidas de diversos países, transformando dívida eminentemente bancária em papéis que poderiam ser negociados no mercado secundário.”

Em três agências de *rating* – Standard & Poors, Moody’s e Fitch – a metodologia de avaliação é muito parecida: turbulência política (guinada à esquerda ou possibilidade de guerra), estrutura econômica (desigualdade social e distribuição de renda), perspectiva de crescimento da economia, flexibilidade fiscal (do tipo, país tem possibilidade de aumentar recei-

ta tributária), endividamento externo e interno em relação ao PIB (perfil do endividamento, se é de longo ou curto prazo, e a que moedas está atrelado). Não é só: a avaliação de passivos contingenciais – solidez do sistema financeiro doméstico – e a estabilidade da moeda – regime cambial e independência ou não do Banco Central – também merecem atenção. Analise, ainda, a liquidez externa da economia – o volume de reservas internacionais, a composição do fluxo de capitais (Investimento Estrangeiro Direto x dívida de curto prazo), o saldo em conta corrente. Por fim, a carga de endividamento externo do setor público e a carga de endividamento externo do setor privado.



“A relação corrente de comércio/PIB, que foi de 22,5% este ano, deve ficar em pelo menos 40% para que o país possa se candidatar ao grau de investimento.”

RC CONSULTORIA

## Os critérios de avaliação

“As agências não revelam o peso que dão para cada um dos indicadores. Isso é caixa-preta”, diz o professor José Luís Oreiro, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. “Mas são critérios concretos em que não existe espaço para subjetividade.” Oreiro chama a atenção: a avaliação de risco por parte das agências de *rating* é uma coisa e risco-país, um índice de mercado, é outra. Enquanto as agências fazem avaliações de longo prazo, o mercado faz avaliações de curto prazo. As agências são mais lentas para avaliar o risco, mas uma afeta a outra e vice-versa. Também não estão livres de correrem riscos próprios. Na crise da Ásia, quase todos os países que entraram em colapso tinham classificações superiores ao mínimo para o grau de investimento. “O risco-Brasil, definido pelo EMBI+, chegou perto de dois mil pontos com a primeira eleição de Lula, mas na avaliação das agências de *rating* o país aparecia numa situação muito pior”, afirma Oreiro. “No caso do Brasil, a curva de avaliações de EMBI+ historicamente tem se situado acima da nossa avaliação de risco das agências em relação a outros países.” Segundo Renato Rosek, do Banco Central, existem duas explicações para isso: a lembrança da moratória de 1987, fator importante até 1999/2000, e a elevada volatilidade macroeconômica do país nos últimos anos, constatada na grande variação da inflação e do câmbio. “Essa volatilidade aumenta a percepção de risco dos investidores em relação ao Brasil. É de se esperar que, daqui para



“O risco-Brasil, definido pelo EMBI+, chegou perto de dois mil pontos com a primeira eleição de Lula, mas na avaliação das agências de *rating* o país parecia muito pior.”

JOSÉ LUÍS OEIRO  
Professor de Economia da Universidade  
Federal do Paraná

frente, a consolidação da estabilidade macroeconômica alinhe o *spread* brasileiro com o de outros países de *rating* semelhante”, diz Rosek.

## Os riscos na América Latina

Por enquanto, o Brasil é considerado mais arriscado que a Argentina, que deu um calote em meio mundo, e que a Venezuela, que exhibe um quadro de instabilidade política superado por nós. Trata-se de um enigma para os economistas. Os professores Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano foram dos poucos que arriscaram algumas hipóteses. Uma delas era a da contaminação da taxa de juros externa pela interna. Os juros nas alturas refletiriam no crescimento pífio da economia. País que não cresce atrai mais ativos financeiros do que IED (Investimento Externo Direto). Traduzindo: a

política do Banco Central em manter a taxa Selic nas alturas acabaria contaminando a avaliação do EMBI+.

A Argentina, a bem da verdade, tem uma avaliação parecida com a nossa: AMBI+. Existem duas explicações. A primeira é a de que os mercados olham para frente, não para trás: se já deu calote, não vai dar outro. A segunda é a de que, na abundância de liquidez internacional, é muito mais atraente porque está crescendo mais. Ainda assim, Renato Rosek lembra que a Argentina permanece sem acesso a novas captações no mercado internacional, pois persiste a ameaça de arresto da parte de credores que não aderiram ao plano de reestruturação da dívida objeto do calote. “O crescimento do país tem sido acelerado, é verdade, mas o ponto de partida, em decorrência da violenta depressão econômica em 2001/2002, é muito baixo.” O caso da Venezuela é peculiar. O mercado pode avaliar que lá tem um presidente pouco amigável, mas trata-se de um inimigo sentado em barris de petróleo. “Em termos de receitas cambiais e fiscais, todavia, é totalmente dependente das reservas petrolíferas”, aponta Rosek. “Além disso, grande parte da receita com a *commodities* tem sido direcionada para o consumo corrente, enquanto a maior parte das nações exportadoras de petróleo tem direcionado parcela das receitas para fundos de estabilização ou para riqueza de futuras gerações’ com o objetivo de manter o padrão de vida dos cidadãos para a eventualidade de uma queda substancial das cotações internacionais

ou mesmo da substituição do petróleo como fonte energética no futuro.”

### O dever de casa

Um grupo de economistas tem levantado a necessidade de o Brasil atingir a categoria de grau de investimento para crescer. Para chegar lá, porém, o país precisa fazer algumas lições de casa. A RC Consultoria, do economista Paulo Rabello de Castro, tem ensinado algumas. Sobre a relação corrente de comércio/PIB destacou num boletim do começo de novembro que o setor externo brasileiro repetiu em 2006 o bom desempenho dos anos anteriores, apesar do câmbio sobrevalorizado, mas ressaltou que outras economias emergentes foram melhores. “A relação corrente de comércio/PIB, que foi de 22,5% este ano, deve ficar em pelo menos 40% para que o país possa se candidatar ao grau de investimento”, aponta a consultoria.

O perfil da dívida pública mobiliária do Brasil ainda seria preocupante, segundo a RC Consultoria, apesar dos esforços do Tesouro Nacional para melhorar sua composição. A alternativa apresentada é de que ela seja composta de, no mínimo, 50% em títulos prefixados. Também para a Solvência Externa há ao menos uma receita. As Reservas Internacionais passaram de 39%, em maio, para 47%, em outubro. O grau de investimento estimado pela RC Consultoria seria de 30%, mas os economistas alertam para o fato de Rússia e Índia terem chegado a uma relação entre reservas internacionais líquidas e dí-

vida externa de 63% e 129%.

Até corrigir a rota, o Brasil ainda deverá receber a classificação de país de capital especulativo por dois a quatro anos. O estigma afasta os investidores institucionais de países desenvolvidos. Muitos fundos de pensão, por exemplo, são proibidos legalmente de comprar título e/ou ações de empresas e/ou do governo brasileiro ou autorizados apenas a investir pequenos montantes. “O Brasil é visto pelos mercados como um país problemático: cresce pouco, tem dívida pública alta e carga tributária elevada”, diz José Luís Oreiro. “São variáveis que sinalizam para o mercado e para as agências de *rating* dificuldades para honrar compromissos externos. Se estivesse crescendo 5% ao ano, reduzindo a car-



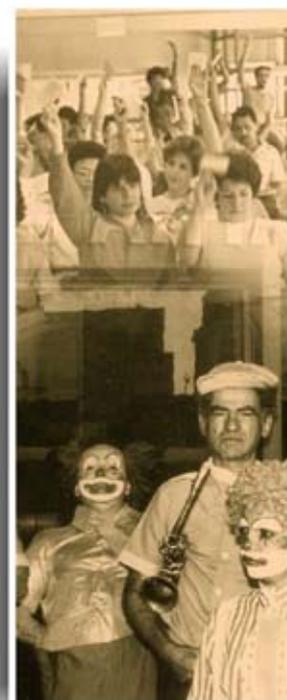
“Quando o risco-país esteve no pico, economistas ortodoxo-liberais diziam que a redução na taxa de juros só seria possível com a melhora da avaliação. O quadro mudou, mas os juros continuam elevados.”

LUIZ FERNANDO DE PAULA  
Pesquisador visitante  
da Universidade de Oxford

ga tributária e a dívida pública, já teria alcançado o *investment grade*. Aí entraria no ciclo virtuoso da economia.”

“Quando o risco-país esteve no pico, economistas ortodoxo-liberais diziam que a redução na taxa de juros só seria possível com a melhora da avaliação. O quadro mudou, mas os juros continuam elevados. Agora falam em incerteza jurisdicional”, aponta Luiz Fernando de Paula, professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador visitante do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford. “O que é preciso é que o Banco Central tenha mais ousadia na redução da taxa de juros, condição básica para a retomada sustentada do crescimento. O Brasil depende ainda de o cenário internacional continuar favorável, pois uma reversão poderá representar efeitos negativos sobre as exportações líquidas e no ingresso de capitais, mas precisa crescer acima de quatro por cento ao ano.”

Detalhe: quem acha que chegar ao grau de investimento é a salvação da lavoura pode estar apostando na rendição errada. China e Índia crescem rapidamente sem *investment grade*. Ele é importante para que as empresas nacionais possam captar recursos no exterior a custo baixo para aplicar no desenvolvimento, mas não é só isso que vai mudar a estrutura da economia brasileira. Não se trata de fórmula mágica. Ou o Brasil corrige as distorções da sua economia e cresce para ganhar o grau de investimento ou continua frequentando a lista dos países pouco confiáveis ao investimento estrangeiro. 



## Mulheres que não fogem à luta

*OS OITO OPERÁRIOS DE CHICAGO QUE SE TRANSFORMARAM EM MÁRTIRES DA LUTA PELA JORNADA DE 8 HORAS DE TRABALHO ESTÃO INSCRITOS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE COMO HERÓIS DE UMA CONQUISTA QUASE UTÓPICA PARA OS PADRÕES DA ÉPOCA, 1886, E SÃO SEMPRE LEMBRADOS NO DIA 1º DE MAIO. GUARDADAS AS PROPORÇÕES HISTÓRICAS, OS 19 DIRIGENTES SINDICAIS DO BANCO CENTRAL DEMITIDOS POR TEREM LUTADO PELOS DIREITOS DA CATEGORIA TAMBÉM DEVEM TER UM LUGAR DE HONRA, PELO MENOS NA MEMÓRIA DA NOVA GERAÇÃO DE SERVIDORES DO BANCO. ENTRE ELES, AGUERRIDAS MULHERES, QUE ARRISCARAM SUA POSIÇÃO, CARREIRA E SALÁRIO PARA AJUDAR A CONSTRUIR UM SINDICATO SEM SIMILAR NO MUNDO.*



## ROSANE DE SOUZA

Não há quem conte a história da fundação do Sinal, há 18 anos, sem lembrar dos nomes de Mônica Botafogo, Maria Balbino, Leoni, Márcia Barbosa, Ediluz Bastos, Antonieta, Auxiliadora, Marli Guedes, Rosi Moura, Janete Reis, Livia Maria, Áurea Campos, Stela Paiva, Dalva Schroder e Maria da Glória, entre tantas outras que fizeram sua própria caminhada e inscreveram seus nomes na história do sindicalismo do BC. Porque, mais do que desafiar a proibição de um sindicato independente dos funcionários do Banco Central do Brasil, essas mulheres ajudaram a construir a própria identidade desses trabalhadores, dizendo não à adesão pura e sim-

ples ao Sindicato dos Bancários, como era proposto na época.

Apenas algumas delas continuam na ativa. Mas todas estão, de algum modo, vinculadas ao Sinal, embora longe das trincheiras. “Não faço nada sem me entregar apaixonadamente. Se ainda estivesse no sindicato, seria inteiramente dedicada a ele”, confessa Rosi Moura, que hoje se dedica à literatura – recentemente, lançou o livro de contos “Modos e Marés” – e trabalha na Gerência Administrativa do BC, no Rio de Janeiro. De todas as lembranças, ela guarda uma especial como relicário: a camiseta em defesa dos 19 demitidos, na qual foi gravado um coração com a frase “Lugar dos 19 é aqui”.

Formada em Letras, Rosi entrou

no Banco em 1977, aos 19 anos. Dez anos depois, viveu um turbilhão inesperado, quando soube pelos jornais que havia sido demitida, para horror de sua família. À frente de várias assembleias – uma memorável reuniu 700 pessoas no 23º andar do escritório do Rio –, a sindicalista imprimiu o “modo mulher” na condução da luta e da entidade. “Nós, mulheres, por instinto, procuramos sempre negociar. É que sabemos que, se o mais forte atacar, a gente perde. Por isso, sempre valorizamos as relações interpessoais”, diz.

## Caminho sem volta

Outro ícone da luta das mulheres pela criação do Sinal é Mônica Bota-

---

“Até 1982, ninguém pensava na construção de qualquer entidade, porque a única crise que os funcionários do Banco viviam era a de não ter dinheiro para levar os filhos à Disney.”

MÔNICA BOTAFOGO

---

fogo. Não há quem dê uma entrevista sobre a criação da entidade sem citar seu nome. Hoje, aposentada e recolhida ao seu refúgio em Itaipava, tendo como companhia apenas o cachorro Lucas (embora seus filhos, netos e até bisnetos a visitem com frequência), Mônica conta que entrou no BC em 1967, quando a instituição abriu seu primeiro concurso. “Entrei em meio à ditadura e o milagre econômico, que privilegiava algumas categorias. Até 1982, ninguém pensava na construção de qualquer entidade, porque a única crise que os funcionários do Banco viviam era a de não ter dinheiro para levar os filhos à Disney. O BC era uma ilha da fantasia, com funcionários recebendo salários acima da média, duas gratificações anuais, plano de saúde excelente e até empréstimos para a compra de casa própria”, revela.

Essa situação, porém, começou a mudar com a primeira crise do petróleo, que atingiu fortemente a economia brasileira. “Nesse momento surgiu, pela primeira vez, a idéia de uma associação que lutasse pela categoria”,



**Durante a greve de 1989, Mônica Botafogo enfrenta corredor polonês da PM em frente à sede do Banco Central, no Rio**

recorda Mônica Botafogo. “O teste da nossa determinação de criar uma entidade livre se deu quando o Banco do Brasil organizou uma greve e a compensação de cheques, à época feita manualmente, teve de ser transferida para o Banco Central. Embora bastante assustados, decidimos aderir ao movimento e determinamos que do BC não

sairia nenhum cheque compensado. O resultado é que eles demitiram os 19 funcionários que dirigiam o movimento, tendo o Paulo Roberto de Castro, o Flávio Ramos e a Rosi Moura como vanguarda e direção da luta. A partir daí, o movimento de criação do sindicato se tornou um caminho sem volta.”

Mônica chama a atenção para as

mudanças no BC ao lembrar da primeira passeata dos funcionários. “Eu atravessei a Avenida Presidente Vargas para quantificar a adesão dos colegas de trabalho e vi uma cena surreal: um monte de gente de terno e pasta 007. Portanto, foi uma festa a criação do sindicato, a pedra de toque para os funcionários tomarem contato com a realidade brasileira.”

Outra ativista, Maria Balbino, já estava aposentada quando o Sinal foi criado. Ela conta que, nesse tempo, alguns aposentados estavam completamente alijados do BC, sem direito a voz, mesmo na entidade recém-criada. “O artigo 251 da Lei 8.110 determinou que os funcionários do Banco Central eram regidos pela CLT na condição de bancários, porque a maioria vinha do Banco do Brasil e suas atividades eram semelhantes. Porém, atendendo a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do artigo 251, o Supremo Tribunal Federal decretou que os funcionários do BC seriam regidos pela Lei 8.112, mas como servidores públicos. Isso provocou uma cisão: os da ativa passaram a ser funcionários públicos, regidos pela RJU, já os que se aposentaram antes da vigência da lei (1º de janeiro de 1992) seguiam sendo bancários. Mas lutamos para dar voz e voto aos aposentados, fazendo uma campanha de filiação massiva à entidade recém-criada e, com isso, conseguimos integrar os aposentados com os funcionários da ativa.”

### **Aprendizado inesquecível**

Para a mineira Márcia Barbosa, que hoje se ocupa da inauguração oficial da Pousada do Capão, em São Gonçalo do

Rio das Pedras ([www.pousadacapao.com](http://www.pousadacapao.com)), a experiência de criação de uma entidade livre dos funcionários do BC teve efeitos que qualifica de “fantásticos” em sua vida. “Hoje, penso que fiz muita doideira, mas aprendi várias coisas. Acumulei conhecimento e, o mais importante, experimentei conviver com as diferenças e me tornei mais tolerante.” É com essa tolerância que administra a pousada, cujo chefe de cozinha é seu marido, Peter, norte-americano de

Rhode Island, que faz uma “torta de pêra com gengibre de comer ajoelhado”, assegura Márcia.

Como se considera uma pessoa que “deleta tudo que não seja essencial, que machuca ou não interessa”, Márcia grava com especial carinho os tempos de criação do Sinal e sabe como as mulheres foram importantes nessa briga. “Hoje, o Sinal é mais bem posicionado e respeitado, devido à luta que travamos no passado”, afirma.

## Safra de gente jovem

Muita coisa mudou no Sinal, mas as mulheres continuam dando um show de participação. Jacqueline Moreira de Souza de Medeiros, de Pernambuco, faz parte de uma nova safra que surgiu no fim da década de 1990. Ela, que só tem dois anos de filiação ao sindicato, abraçou a causa ao compor a chapa com o atual presidente nacional da entidade, David Falcão, em 2005. Só que David assumiu a presidência do sindicato nacional, e, por uma circunstância trágica, duas mulheres tiveram de enfrentar a administração da entidade. “Fernando Sérgio, que ficou na direção, morreu e, com isso, eu e Adriane (Adriane Martins de Moraes, diretora jurídica do Sinal Recife) tivemos de tomar o comando. No início, nos olhamos e nos perguntamos – e agora? Penamos um bocado até sermos aceitas, porque o Sinal era um reducto masculino, apesar de 20% dos funcionários do BC serem mulheres. Ouvimos muitas gracinhas e brincadeiras, até nos apelidaram de Sindicato do Batom, mas não reagimos. Hoje, a maioria aceita, respeita e até gosta. E eu me apaixonei pelo trabalho e pelas pessoas”, ressalta.

No comando da entidade no Rio Grande do Sul, Juliana Fabris enfrenta outro tipo de problema, tão difícil quanto a discriminação: o individualismo que tomou conta do país. “Atualmente, as pessoas desdenham do trabalho coletivo e só reclamam”, afirma. Entre as muitas dificuldades encontradas está a de conciliar a carreira no Banco com o trabalho sindical. “Mas vale a pena, isso nos mantém com a visão do coletivo. Além disso, como o trabalho sindical hoje é mais refinado, porque não há o antagonismo claro entre patrões e empregados, ele se torna uma fonte de novas experiências.”



**Em Recife, a aguerrida participação de uma nova safra de sindicalistas**

## Ah, essas mulheres...

Dezoito anos. O Sinal atinge a maioria. E nada marcou mais a entidade do que a atuação das mulheres. Desde os primeiros anos, quando éramos apenas uma associação, a AFBC, a forte presença feminina foi decisiva para o destino político e o movimento reivindicatório desses servidores públicos. Conselheiras ou colaboradoras, elas emprestaram à jovem entidade a credibilidade de suas carreiras e de seus nomes.

Hoje, olhando esse passado não muito distante, são muitas as lembranças das pioneiras que estiveram lado a lado conosco naqueles primeiros anos.

De Rosi Moura, lembro das participações nas assembleias, em que sempre brilhou como oradora. De Mônica Botafogo, as análises precisas e as avaliações coerentes, que qualificava de “delírios de referência”. De Leonir, a ternura, o carinho e a delicadeza. De Ediluza, a firmeza e a veemência com que defendia suas posições. De Márcia, a calma e a paciência mineira. De Maria Balbino, a jovialidade férrea na defesa dos aposentados.

Ah, essas mulheres! Sem elas, a luta não teria graça. Sem elas, não valeria a pena.

Julio César Barros Madeira, diretor e secretário nacional do Sinal e da regional do Rio de Janeiro

No meio de tantas histórias para contar, a baiana Ediluza Bastos de Oliveira, que deu esta entrevista um dia antes de partir para mais uma temporada de três meses na Itália, falou do período em que os auxiliares de serviços gerais eram discriminados, dos problemas que foram surgindo e da necessidade de melhoria de condições de trabalho, quando o governo deixou de ser o pai-patrão dos funcionários do Banco Central. “O que mais me marcou foi a minha eleição para o Conselho Curador da Centrus (fundo de pensão), por quatro anos. Com a minha candidatura, rompemos alguns usos e costumes dentro do BC, porque fui eleita em confronto direto com o candidato do *establishment*. E, com essa eleição, mudamos esses costumes.” O que ela jamais esqueceu dessa lição é que “vale a pena lutar pelo coletivo, seja em sua moradia, seja na escola. Não é fácil, mas muito gratificante, tirar o olho do próprio umbigo e ouvir o anseio do outro”. 

## Na Centrus, o direito de ser bem atendido

O atendimento na Centrus tem uma nova diretriz: participantes e pensionistas passaram a ser muito bem atendidos, por expressa determinação da gestão que assumiu em agosto.

A Centrus destinou duas salas para o atendimento direto e personalizado a seus participantes e pensionistas. Nas salas, foi instalada a nova Gerência de Atendimento ao Participante (Geate), criada para centralizar, intermediar e monitorar a assistência na solução de problemas ou o fornecimento de informação, qualquer que seja a área demandada na Fundação ou a forma de contato (pessoal, telefônico, carta ou e-mail).

“Vamos ter um gerente preocupado exclusivamente com o relacionamento com o participante e o pensionista. O gerente será o responsável pela satisfação dos interessados, mesmo que a questão esteja relacionada com outras áreas da Centrus. E o atendimento será feito na sala vizinha à minha”, enfatiza o diretor-presidente da Centrus, Hélio Brasileiro.

Na primeira sala, há uma área de convivência para o participante ou pensionista, que nela poderá relaxar, conversar e acessar a internet – o computador já está em funcionamento – enquanto aguarda a conclusão do atendimento requerido. Na outra sala, as equipes da Centrus dão o atendimento propriamente

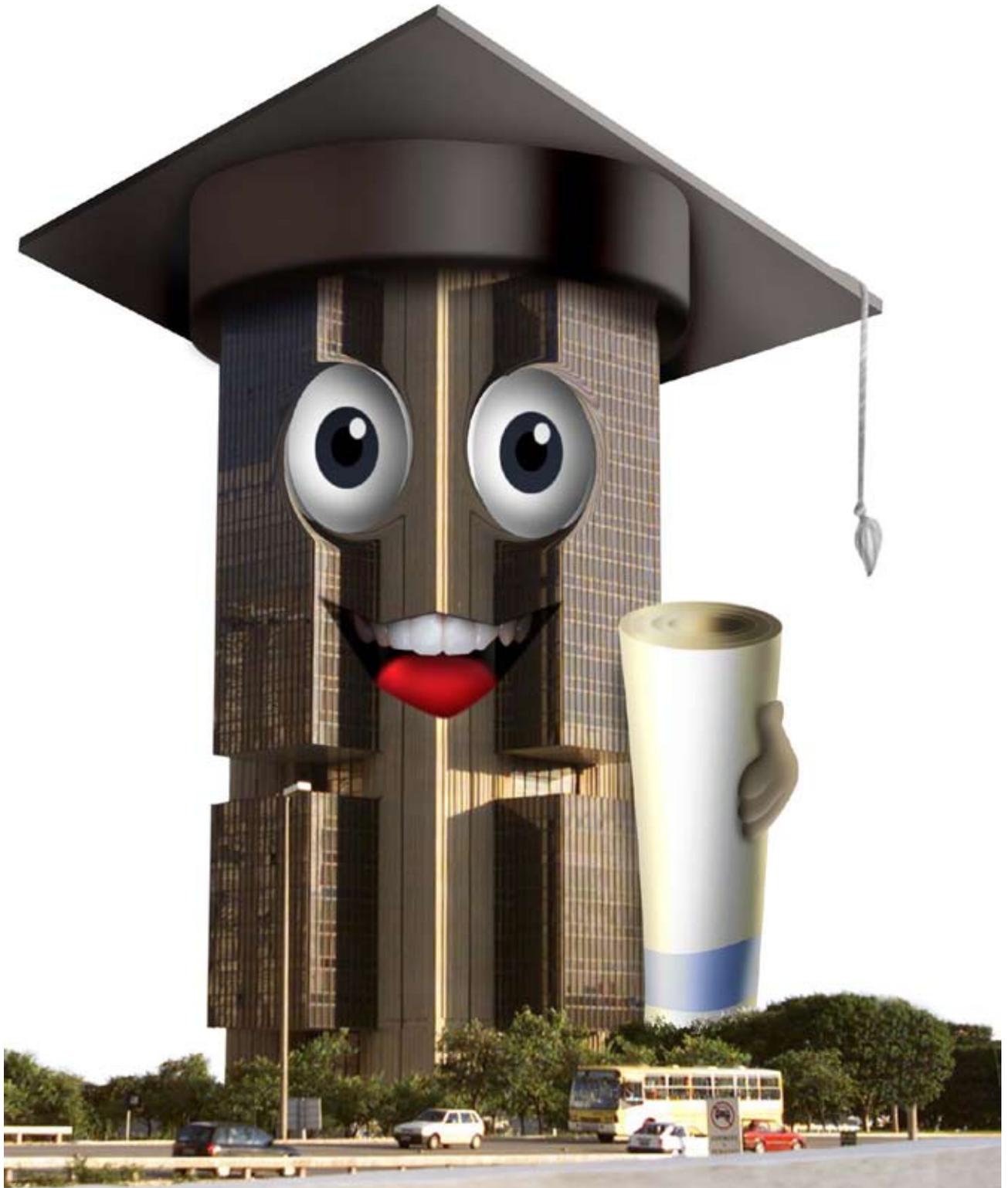
dito, verificam as necessidades apresentadas e as encaminham para os diversos setores da Fundação. O espaço é integrado, sem portas dividindo os dois ambientes, o que permite interação contínua entre a equipe da Fundação e os usuários.

A Centrus sempre atendeu a todos dentro do padrão e de acordo com o regulamento. Agora, quer avançar mais ainda na qualidade dos serviços prestados. “A Fundação sempre respeitou o direito de seus participantes. Só que agora queremos ir bem além, garantindo o direito de ser muito bem atendido”, diz o diretor-presidente.

O gerenciamento dos pedidos de informação e de solução de questões variadas pelo fone gratuito 0800 704 04 94 e a Ouvidoria está incluído nas atribuições da nova gerência. A Geate é subordinada ao diretor-presidente, o que lhe dá mais autonomia na solução de problemas relacionados com as diversas diretorias.

“Nós tínhamos aqui uma infra-estrutura ainda insuficiente para o atendimento à altura do que consideramos necessário. Queremos proporcionar tratamento especial aos nossos participantes e pensionistas, que são os verdadeiros donos do capital que forma o patrimônio da Fundação”, explica Brasileiro.

# Educação corporativa a serviço do Brasil



*A EXPERIÊNCIA BEM-SUCEDIDA DE IMPLANTAÇÃO DA UNIBACEN, UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL, COMEMOROU SEUS DOIS ANOS DE EXISTÊNCIA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DESTE ANO, COM A FORMATURA DAS PRIMEIRAS TURMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO. CRIADA INICIALMENTE PARA OFERECER APENAS CURSOS DE MBA, A UNIBACEN TERMINOU ASSUMINDO TODAS AS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA INSTITUIÇÃO E AMPLIANDO SEU PORTFÓLIO, PARA INCLUIR TREINAMENTOS, CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA. SUA IMPORTÂNCIA SE TRADUZ NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS QUALIFICADOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, GARANTINDO, AINDA, QUE O CONHECIMENTO ADQUIRIDO AO LONGO DOS ANOS POR ESSES SERVIDORES PÚBLICOS SE MANTENHA NO BANCO, MESMO QUANDO ELES NÃO ESTIVEREM MAIS NA ATIVA.*

Conceito inovador de capacitação, a UniBacen representou um salto na área de treinamento de pessoal do Banco. A iniciativa foi além dos objetivos propostos, ao reunir em um único projeto educação e atendimento aos interesses estratégicos do BC. “O planejamento estratégico do Banco Central já foi formulado pensando em dotar a instituição de recursos financeiros e pessoas capacitadas para exercer suas atividades cotidianas, assim como atendê-las em suas necessidades de cursos de mestrado e doutorado”, afirmou Fernando Soares Neto, gerente da UniBacen.

O gerente da universidade corporativa acrescentou que tudo isso pôde ser realizado com investimentos anuais considerados modestos – R\$ 3 milhões –, o que significa qualificar pessoal pagando pouco mais de R\$ 500 por aluno. “O Banco re-

solveu investir pesado em educação a distância, montando até uma equipe de professores de alto conhecimento para formular o conteúdo dos cursos”, enfatizou.

Uma das primeiras turmas de formandos do curso de MBA em Gestão Estratégica reuniu 36 funcionários, de praticamente todas as regionais do BC. Com duração de dois anos, o curso teve início em novembro de 2004. Outra atividade também bem-sucedida foi a pós-graduação em Direito Econômico de Regulação Financeira, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

#### **Qualificação e gerenciamento**

Economista de formação e gerente administrativo do Banco Central no Rio de Janeiro, Paulo dos Santos, que

trabalha há 29 anos na instituição, integrou a turma recém-formada do curso de Gestão Estratégica. Segundo ele, o curso preencheu o que considerava uma lacuna em sua formação. “Eu sentia falta de informações teóricas que embasassem e organizassem meus conhecimentos”, disse.

Santos assinalou que o BC é reconhecido historicamente pela boa formação da área técnica, mas faltava alguma coisa, e é nisso que a entidade está investindo agora. Hoje, o Banco até ensina como se deve comandar os funcionários. “Um bom gerente é aquele que dá condições para que sua equipe trabalhe bem”, ressaltou. Na sua avaliação, foi de grande valia a matéria Gestão de Pessoal, principalmente para quem vive em um país que começa a conhecer processos judiciais por assédio moral contra chefes

---

“O BC resolveu investir pesado em educação a distância, montando uma equipe de professores para formular o conteúdo dos cursos.”

FERNANDO SOARES NETO

---

incompetentes e sem liderança.

As aulas a distância duravam, em média, duas horas. Os alunos podiam criar o seu próprio horário e fazer seu cronograma de atividades, mas periodicamente se reuniam, em grupos de 12, por meio virtual. Houve também aulas presenciais, no início e término dos módulos. Paulo Santos, por exemplo, passou quatro dias em Brasília no

encerramento de um dos módulos.

Uma nova turma desse mesmo MBA começou suas atividades já encontrando um ambiente e aulas bem mais aprimorados. O gerente do escritório do Rio confessa que o primeiro curso enfrentou alguns problemas, porém “a UniBacen fez uma avaliação rigorosa dos enfrentamentos indesejados e procurou aperfeiçoá-lo”. 

---

## Dois anos capacitando pessoal

### Atividades em 2005

■ De janeiro a novembro, o Depes/UniBacen promoveu 550 cursos presenciais, para 6.001 participantes (muitos funcionários fizeram vários cursos), totalizando 34.127 horas de treinamento. Ao longo do mesmo período, também patrocinou cursos a distância de Informática, para 771 alunos, e de Economia, para não-economistas, instituiu o Programa de Idiomas, retomou o Programa de Incentivo à 1ª Graduação e disponibilizou oito cursos de pós-graduação lato sensu (MBA), em turmas fechadas, com a parceria de entidades públicas e particulares.

■ No período, foram oferecidos MBAs em diversas áreas de conhecimento: Gestão Contemporânea, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas; Direito Econômico da Regulação Financeira, com a Universidade de Brasília; Finanças e Mercado de Capitais, promovido pela Universidade Cândido Mendes (Ucam) e pela GI&P Escola de Negócios; Gestão de Tecnologia da Informação (TI), mantido com o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIN-UFPE); e Engenharia Econômica e Financeira, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro.

■ Outro curso bem concorrido foi o de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS), que proporcionou, em 2005, aproximadamente 500 oportunidades de treinamento.

■ O Depes/UniBacen realizou também cursos visando fazer jus às Gratificações de Qualificação de 15% e de 30% e aos eventos de capacitação para Qualidade de Vida no Trabalho – Comitê Gestor, para a Pesquisa de QVT e Avaliação do Programa de Pós-Graduação. Desen-

volveu, ainda, planos educacionais relacionados aos projetos estratégicos, como Basiléia II, e preparou, para 2006, os cursos de Gerenciamento de Projetos e de Segurança da Informação.

■ Em parceria com a UnB, a equipe da UniBacen formatou e aplicou aos servidores duas importantes pesquisas de opinião – uma delas mediu o conhecimento e a aceitação de cursos a distância. A segunda procurou avaliar o Programa de Pós-Graduação do Banco Central (PPG), em relação aos cursos stricto sensu, e forneceu elementos para a sua reformulação.

### Atividades em 2006

■ **Incentivo à 1ª Graduação** – 74 servidores contemplados, sendo 49 na sede e 25 nas regionais.

■ **Informática a Distância** – até 29 de setembro, 512 alunos estavam matriculados.

■ **AmFor** – curso de ambientação e formação para os novos funcionários concursados. Foram capacitados 301 novos servidores, em Brasília, e 204 nas regionais. Até o dia 30 do mesmo mês, foram enviados os nomes de 299 servidores para concessão da GQ de 5%.

■ **Programa de Idiomas** – o projeto-piloto atendeu 118 alunos. No segundo semestre, 20 turmas foram iniciadas na sede, sendo sete de espanhol (79 alunos) e 13 de inglês (146), totalizando 225 servidores beneficiados. Nas regionais há 43 turmas em funcionamento, 16 de espanhol (150 alunos) e 27 de inglês (191). As turmas de executivos estão distribuídas em 21 de inglês (24 alunos) e quatro de espanhol (4), totalizando 28 profissionais beneficiados.

ABRAPP

# O avanço da Previdência

O tema previdência é por muitos associado a problemas difíceis de resolver. Lembra déficit, filas na madrugada, fraudes e aposentadoria insuficiente para pagar as contas do mês. Apesar de essas lembranças nos remeterem a fatos reais, errado seria tentar reduzir sua importância. Do mesmo modo, absurdo seria tentar não reconhecer os imensos avanços conseguidos nos últimos anos no combate, tantas vezes bem-sucedido, a essas mazelas.

A Previdência avança e, quando me refiro a ela, penso em suas muitas vertentes. A Previdência Social, que corresponde à esfera pública, enfrenta seus muitos desafios. Se por um lado o déficit de R\$ 43 bilhões previsto para este ano preocupa, é inegável que a sociedade brasileira progride no debate de uma solução, o governo garante tratar-se de um número que não contradiz o cumprimento da meta de superávit primário das contas do setor público, prevista para este ano (de 4,25% do PIB), e o INSS é reconhecido em seu papel de garantidor da renda de uma parcela da população ameaçada pela exclusão social. Ao mesmo tempo em que métodos mais modernos de gestão e sistemas informatizados reduzem as filas e as fraudes. Muitos frutos são esperados também do cadastramento de aposentados.

É positiva a expectativa de que, tão logo venha a ser aprovado projeto de lei apresentado em meados de 2003, em poucos anos os fundos previdenciários dos servidores públicos venham a tornar-se os maiores do país. Estudo da OCDE mostra que no começo de 2005 trabalhavam no serviço público pouco mais de 200 mil servidores ativos, representando uma massa salarial de quase R\$ 600 milhões mensais. Somente esse universo significava então mais que os quatro maiores fundos de pensão brasileiros, a saber, a Previ, Petros, Funcef e Sistel. Some-se a esse contingente os 12 mil funcionários públicos que ingressaram na carreira pelo regime de repartição, desde a aprovação da reforma da Previdência até o fim de 2004. Esses números confirmam o potencial de crescimento também desse pilar previdenciário.

Mas, de todos os pilares, um em particular experimentou avanços sensíveis, conquistas que, se por um lado, apenas começam a traduzir-se em números, por outro, oferecem bases consistentes sobre as quais essa vertente previ-

denciária deverá crescer de forma sustentável nos próximos anos. Estamos nos referindo aos fundos de pensão, tanto os patrocinados por empresas privadas e estatais como os instituídos por sindicatos e outras tantas formas de associativismo. Esta é uma área da previdência que vem dando provas seguras de profissionalismo, ética, capacidade técnica e equilíbrio atuarial. Esse ramo da Previdência conta, hoje, com um novo pano de fundo legal e normativo. Leis e regulamentos que, pode-se dizer, deram ao Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo no campo da poupança previdenciária, que, por conta disso e contando com regras estáveis, dispõe de todas as condições para retomar seu crescimento em bases mais aceleradas.

O melhor da governança corporativa aplicado à gestão, acompanhado de controles internos muito mais seguros, está presente hoje em todas as atividades desenvolvidas nos fundos e, particularmente, entre as equipes que cuidam dos ativos garantidores dos benefícios futuros. Na grande maioria dos fundos funcionam comitês de investimentos, de modo que uma única pessoa não decide. As deliberações e responsabilidades são compartilhadas.

Os trabalhadores seguem cada vez mais de perto a gestão de suas entidades e, simultaneamente, ganham melhores meios para fazer esse acompanhamento, elegendo representantes para os vários órgãos colegiados de suas entidades. Aqueles gestores que porventura tenham uma postura inadequada serão punidos individualmente.

Tudo isso faz com que o sistema de fundos de pensão, que particularmente na década que antecedeu a 2003 cresceu menos do que seu potencial permitia, tenha ingressado nos últimos dois anos e meio em uma nova etapa de sua trajetória. E um dos mais fortes sinais dessa verdade é que já foram criados mais de 150 novos planos no período, tendência que deverá ganhar ainda mais ritmo. Afinal, os fundos de pensão multipatrocinados consolidaram-se como alternativa que pode interessar às patrocinadoras desejosas de partilhar com outras a estrutura operacional com a qual precisam contar para oferecer planos previdenciários aos seus empregados. Ao lado disso, os planos instituídos são, hoje, uma opção para sindicatos, associações, cooperativas e outras entidades representativas de categorias profissionais.

# A vida em primeiro lugar



## Seguro de Vida em Grupo e Vida Master *Solidez, Segurança, Garantia e Confiança*

Nossas apólices cobrem hoje mais de 6.000 vidas, com o melhor custo/benefício do mercado e a garantia FENASBAC. Nos últimos 3 anos foram pagos mais de R\$ 5 milhões em indenizações.

Hoje o capital segurado supera R\$ 340 milhões, sendo R\$ 13 milhões do "VIDA MASTER" destinado a pessoas de 65 até 80 anos, produto de alto custo e difícil obtenção no mercado, mas que, com a parceria da ICATU-HARTFORD Seguros conseguimos operacionalizar.



Maiores Informações:

FENASBAC - Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central  
SBS • Quadra 2 • Bloco A • Ed. Casa de São Paulo • 7º andar • Brasília/DF

[fenasbac@fenasbac.com.br](mailto:fenasbac@fenasbac.com.br) • [www.fenasbac.com.br](http://www.fenasbac.com.br)

Fone (61) 33231055 • Fax (61) 32268189



